

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA**

**DOUGLAS LEONI RODRIGUES MELO DA SILVA**

**ENSINO DE HISTÓRIA NUMA PERSPECTIVA LOCAL:  
UM ROTEIRO ICONOGRÁFICO DE IGREJAS DO VALE DO VAZA-BARRIS EM  
ITAPORANGA D'AJUDA-SE**

**SÃO CRISTÓVÃO - SE**

**2024**

DOUGLAS LEONI RODRIGUES MELO DA SILVA

**ENSINO DE HISTÓRIA NUMA PERSPECTIVA LOCAL:  
UM ROTEIRO ICONOGRÁFICO DE IGREJAS DO VALE DO VAZA-BARRIS EM  
ITAPORANGA D'AJUDA-SE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História, da Universidade Federal de Sergipe, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Heimar Souto

SÃO CRISTÓVÃO - SE

2024

**ENSINO DE HISTÓRIA NUMA PERSPECTIVA LOCAL:  
UM ROTEIRO ICONOGRÁFICO DE IGREJAS DO VALE DO VAZA-BARRIS EM  
ITAPORANGA D'AJUDA-**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Paulo Heimar Souto (Orientador)  
PROFHISTÓRIA/Universidade Federal de Sergipe – UFS

---

Prof. Dr. Lucas Miranda Pinheiro (Avaliador Interno)  
PROFHISTÓRIA/Universidade Federal de Sergipe – UFS

---

Prof. Dr. Antônio Lindvaldo Sousa (Avaliador Externo)  
PROHIS/Universidade Federal de Sergipe – UFS

## AGRADECIMENTOS

É chegado o momento de cumprimentar e reconhecer o esforço de todos que deram as mãos para a efetivação deste trabalho. Sim, a solidão do pesquisador é muito subjetiva. Em verdade, ele cria uma extensa rede de solidariedade para que sua árdua missão de contribuir para a ciência seja levada à cabo.

Retornar à Academia após 20 anos para cursar um mestrado no programa de pós-graduação foi um dos maiores desafios que já enfrentei. No início, a insegurança, a incerteza, o receio de achar que não iria lograr êxito. Aos poucos, a sensação de que você pode, você consegue, você é capaz, que vêm a partir das primeiras leituras, do início da pesquisa científica, da participação nos eventos acadêmicos.

Quero estender a mão, primeiramente, para agradecer ao Professor Dr. Paulo Heimar Souto, meu Orientador. Uma pessoa impossível de não ser admirada, pela experiência, pela tranquilidade, pela capacidade de motivar e ensinar a arte da pesquisa científica. A sua condução no processo de orientação é, para mim, a maior referência de como deve ser uma relação ética, fraterna e respeitosa entre orientando e orientador.

Agradeço à minha Banca Examinadora, composta pelo Professor Dr. Lucas Miranda Pinheiro (examinador interno) e pelo Professor Dr. Antônio Lindvaldo Sousa (examinador externo), por aceitarem o convite em apreciar e avaliar minha pesquisa.

Agradeço a todos os membros do Corpo Docente do Mestrado Profissional em Ensino de História, da Universidade Federal de Sergipe, em especial, aos(às) Professores(as) Doutores(as): Andreza Santos Cruz Maynard, Fábio Alves dos Santos, Itamar Freitas de Oliveira, João Paulo Gama Oliveira, Joaquim Tavares da Conceição, José Vieira da Cruz, Mariana Bracks Fonseca e Marizete Lucini.

À secretária do PROFHISTÓRIA, Fabiana, pela presteza e dedicação ao programa e aos envolvidos. Obrigado.

À CAPES, pela concessão da bolsa de pesquisa que me proporcionou a aquisição de livros, levantamento de dados no cartório de Itaporanga d'Ajuda, custeio de deslocamentos para estudo e participação em congressos científicos de ordem virtual e presencial. Sou muito grato.

Agradeço à Prefeitura Municipal de Itaporanga d'Ajuda, que me concedeu licença integral para os meus estudos.

A todos os meus queridos colegas do PROFHISTÓRIA. Na condição de representante discente no colegiado do curso, pude ter contato com estudantes de turmas anteriores e posteriores à minha, mas, é evidente que meu maior contato se deu com os colegas que entraram

comigo nessa jornada, em março de 2022. Em especial, quero estender agradecimentos pela amizade, que acabamos por construir, com Daniel, Eduardo, Jeanne, Joane, Verônica e Viviane. Muito obrigado por terem compartilhado momentos de estudo, mas também de empatia, de desprendimento, de descontração e de união. Estarei sempre aqui, com vocês, por vocês e para vocês.

Agradeço ao Marcius Jorge Santana Maia, o popular “Calango”, amigo de longa data, pela contribuição artística ao meu produto pedagógico. O que seria deste trabalho sem sua decisiva ajuda?

Meus agradecimentos ao professor Dr. Luís Siqueira, uma grande referência no estudo da História de Itaporanga d’Ajuda. Agradeço, também, aos proprietários das fazendas Camaçari, Colégio e Dira, por abrirem suas portas para que pudéssemos visitar as edificações religiosas; assim como agradecemos a Paróquia Nossa Senhora d’Ajuda, pela simpatia em nos receber e nos atender, tanto na visitação à Igreja Matriz, quanto na festa maior da Padroeira do Município de Itaporanga d’Ajuda.

Agradecimentos aos amigos do magistério, que sempre nos incentivaram, antes e durante, essa caminhada no mestrado profissional: Aglaene, Denilza, Heráclito, Jairton e Uilson. Vocês são muito caros para mim!

Gratidão eterna à minha família: minha mãe, Dona Luiza (*in memoriam*), meu pai, Sr. Elson, minha irmã, Cláudia e minha sobrinha, Elis.

Por fim, agradeço à minha filha, Luisa, minha maior alegria e motivação! Papai ama muito você!

## RESUMO

Este estudo tem por finalidade compreender o papel social, político e econômico das construções de templos católicos no município de Itaporanga d'Ajuda, Estado de Sergipe, ao longo do vale do rio Vaza-Barris entre os séculos XVII ao XIX, à fim de construir um roteiro iconográfico a ser utilizado nas escolas de Ensino Fundamental de Itaporanga d'Ajuda como suporte pedagógico ao ensino de História. Seguindo as ideias de Rui Moreira, as edificações religiosas de cunho católico eram partes integrantes da construção do espaço geográfico colonial do litoral nordestino pela metrópole portuguesa, inserida na paisagem rural da monocultura açucareira de exportação calcada no latifúndio e na escravização de povos nativos e africanos. Justifica-se a escolha do tema para ampliar estudos da História local e seu valor para Itaporanga d'Ajuda, sendo um referencial para o suporte pedagógico do corpo docente e para ampliação dos conhecimentos da realidade do próprio lugar pelos estudantes. Busca-se responder as seguintes indagações: Qual o significado histórico das igrejas seculares do município de Itaporanga d'Ajuda, as motivações de seus erguimentos, a função social que ela desempenhou nessa época? Como disseminar ao ensino de história o conhecimento dessas edificações e seu valor histórico? Para viabilizar este trabalho, foram empreendidas visitas de campo para coleta de imagens, pesquisa de registros documentais concernentes à preservação legal do patrimônio, levantamento de registros cartoriais e paroquiais, leituras referenciais contextualizando a sociedade de Itaporanga d'Ajuda no Brasil Colônia açucareiro entre os séculos XVII a XIX e a influência do pensamento católico nesse contexto histórico.

**Palavras-chave:** Ensino de História; História Local, Itaporanga d'Ajuda-SE; Templos Católicos.

## RÉSUMÉ

Cette étude vise à comprendre le rôle social, politique et économique de la construction de temples catholiques dans la municipalité d'Itaporanga d'Ajuda, l'État de Sergipe, le long de la vallée de la fléuve Vaza-Barris entre les XVIIe et XIXe siècles, afin de construire une carte routière iconographique à utiliser dans les écoles élémentaires d'Itaporanga d'Ajuda comme support pédagogique pour l'enseignement de l'Histoire. Suivant les idées de Rui Moreira, les édifices religieux à caractère catholique faisaient partie intégrante de la construction de l'espace géographique colonial de la côte nord-est par la métropole portugaise, insérés dans le paysage rural de la monoculture d'exportation de sucre basée sur des grandes portions de terre et l'asservissement des peuples indigènes et africains. Le choix du thème est justifié pour élargir les études d'histoire locale et sa valeur pour Itaporanga d'Ajuda, étant une référence pour le soutien pédagogique de la faculté et pour élargir les connaissances des étudiants sur la réalité du lieu lui-même. L'objectif est de répondre aux questions suivantes : Quelle est la signification historique des églises laïques de la commune d'Itaporanga d'Ajuda, les motivations de leurs érections, la fonction sociale qu'elles remplissaient à cette époque ? Comment diffuser la connaissance de ces édifices et de leur valeur historique pour l'enseignement de l'histoire ? Pour rendre viable ce travail, des visites de terrain ont été entreprises pour recueillir des images, rechercher des notices documentaires concernant la préservation légale du patrimoine, enquêter sur des registres notariaux et paroissiaux, des lectures référentielles contextualisant la société d'Itaporanga d'Ajuda dans le Brésil sucrier entre le XVIIe siècle et XIXe siècle et l'influence de la pensée catholique dans ce contexte historique.

**Mots clés:** Enseigner l'histoire; L'histoire locale; Itaporanga d'Ajuda ; Des Temples catholiques.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1-</b> Itaporanga d’Ajuda, E.M.E.F. Prefeita Maria das Graças Souza Garcez.....	21
<b>Figura 2-</b> Itaporanga d’Ajuda, E.M.E.F. Vereador Genésio Santana.....	21
<b>Figura 3-</b> Itaporanga d’Ajuda, panorâmica da área urbana.....	40
<b>Figura 4-</b> Itaporanga d’Ajuda, Praça Sílvio Garcez.....	43
<b>Figura 5-</b> Itaporanga d’Ajuda, Centro histórico no início do século XX.....	44
<b>Figura 6-</b> Itaporanga d’Ajuda, Estação Ferroviária.....	44
<b>Figura 7-</b> Itaporanga d’Ajuda, Brasão.....	45
<b>Figura 8-</b> Itaporanga d’Ajuda, Bandeira. ....	45
<b>Figura 9-</b> Igreja Matriz de Nossa Senhora d’Ajuda, frontispício.....	51
<b>Figura 10-</b> Igreja Matriz de Nossa Senhora d’Ajuda, altar-mor. ....	52
<b>Figura 11-</b> Igreja Matriz de Nossa Senhora d’Ajuda, vista da entrada e do coreto. ....	53
<b>Figura 12-</b> Início da procissão de Nossa Senhora d’Ajuda, 02/02/2023. ....	54
<b>Figura 13-</b> Procissão de Nossa Senhora d’Ajuda, cortejo, 02/02/2023.....	55
<b>Figura 14-</b> Igreja Jesuíta do Colégio Tejupeba, frontispício e fachada lateral esquerda.....	56
<b>Figura 15-</b> Igreja Jesuíta do Colégio Tejupeba, altar-mor.....	57
<b>Figura 16-</b> Igreja Jesuíta do Colégio Tejupeba, vista da entrada e do coreto.....	58
<b>Figura 17-</b> Capela Nossa Senhora do Rosário, frontispício. ....	59
<b>Figura 18-</b> Capela Nossa Senhora do Rosário, altar-mor.....	60
<b>Figura 19-</b> Capela Nossa Senhora do Rosário, vista da entrada e do coreto reformados.....	61
<b>Figura 20-</b> Capela Senhor do Bonfim, frontispício. ....	62
<b>Figura 21-</b> Capela Senhor do Bonfim, altar-mor e celebração de missa.....	63
<b>Figura 22-</b> Capela Senhor do Bonfim, vista da entrada e do coreto.....	63

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1-</b> Itaporanga d'Ajuda, zoneamento urbano.....	41
<b>Quadro 2-</b> Itaporanga d'Ajuda, zoneamento rural. ....	41
<b>Quadro 3-</b> Hino do Município de Itaporanga d'Ajuda.....	46

## **LISTA DE MAPAS**

<b>Mapa 1-</b> Itaporanga d'Ajuda, localização. ....	39
<b>Mapa 2-</b> Itaporanga d'Ajuda, administrativo e rodoviário.....	42

## **LISTA DE SIGLAS**

**BNCC** - Base Nacional Comum Curricular

**BR-101** – Rodovia Federal translitorânea que liga Touros-RN a São José do Norte-RS.

**CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**EMC** - Educação Moral e Cívica

**EMEF** – Escola Municipal de Ensino Fundamental

**EJAEF** – Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental

**INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**INEP** – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

**LDB** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

**LGBTQIAP+** – Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais.

**PCN** - Parâmetros Curriculares Nacionais

**PROFHISTÓRIA** – Mestrado Profissional em Ensino de História

**OSPB** - Organização Social e Política do Brasil

**RFFSA** – Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima

**RMA** – Região Metropolitana de Aracaju

**SE** – Estado de Sergipe

**SE-100** – Rodovia Estadual sergipana translitorânea que liga Ilha das Flores-SE a Indiaroba-SE

**UFS** – Universidade Federal de Sergipe

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>CAPÍTULO 1. O ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL</b> .....	23
1.1 A preservação do patrimônio histórico brasileiro como fonte de aprendizagem .....	28
1.2 O estudo das igrejas itaporanguenses e a História local .....	30
<b>CAPÍTULO 2. O ORDENAMENTO ESPACIAL DO LITORAL ORIENTAL DA AMÉRICA PORTUGUEUSA ENTRE OS SÉCULOS XVI A XIX: ECONOMIA, RELIGIÃO CATÓLICA E SOCIEDADE</b> .....	32
2.1 Do início à manutenção da expropriação .....	32
2.2 O modelo agroexportador em Sergipe, séculos XVI ao XIX .....	34
2.3 A igreja católica como empreendedora da territorialidade.....	36
<b>CAPÍTULO 3. O MUNICÍPIO DE ITAPORANGA D’AJUDA: SUA GEOGRAFIA E SUA HISTÓRIA.</b> .....	39
<b>CAPÍTULO 4. CARACTERIZAÇÃO DOS TEMPLOS CATÓLICOS HISTÓRICOS DE ITAPORANGA D’AJUDA</b> .....	50
4.1 Igreja Matriz de Nossa Senhora d’Ajuda .....	51
4.2 Igreja Nossa Senhora da Graça (Igreja Jesuíta do Colégio Tejupeba) .....	56
4.3 Capela Nossa Senhora do Rosário.....	59
4.4 Capela Senhor do Bonfim.....	62
<b>CAPÍTULO 5. O ROTEIRO ICONOGRÁFICO COMO FONTE PARA HISTÓRIA LOCAL</b> .....	65
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	68
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	72
<b>REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS</b> .....	74
<b>FONTES</b> .....	76
<b>APÊNDICE A – PRODUTO PEDAGÓGICO: ROTEIRO ICONOGRÁFICO DE IGREJAS DE ITAPORANGA D’AJUDA-SE NO VALE DO RIO VAZA-BARRIS</b> .....	78
<b>ANEXO A – LEGISLAÇÃO ENVOLVENDO O TOMBAMENTO DO ANTIGO ENGENHO CAMAÇARI.</b> .....	99

<b>ANEXO B – LEGISLAÇÃO ENVOLVENDO TOMBAMENTO DA IGREJA E COLÉGIO JESUÍTA TEJUPEBA .....</b>	<b>101</b>
<b>ANEXO C – TELEGRAMA ENVIADO AO SENHOR JOSÉ AUGUSTO VIEIRA, PROPRIETÁRIO DA FAZENDA DIRA, SOLICITANDO VISITA À CAPELA SENHOR DO BONFIM.....</b>	<b>111</b>

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

S586e Silva, Douglas Leoni Rodrigues Melo da  
Ensino de história numa perspectiva local : um roteiro iconográfico de igrejas do vale do Vaza Barris em Itaporanga D'Ajuda-SE / Douglas Leoni Rodrigues Melo da Silva ; orientador Paulo Heimar Souto. – São Cristóvão, SE, 2024.  
111 f. : il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal de Sergipe, 2024.

1. História – Estudo e ensino. 2. Igreja católica. 3. Ensino fundamental - Itaporanga d'Ajuda (SE). 4. História local. I. Souto, Paulo Heimar, orient. II. Título.

CDU 94:27.526.62(813.7)

## INTRODUÇÃO

Trabalho há, pelo menos 15 anos, lecionando as disciplinas de História, Cultura Sergipana e Geografia na Rede Municipal de ensino de Itaporanga d’Ajuda e na Rede Estadual de Sergipe, em Aracaju. Eu sempre procurei trazer para os conteúdos a temática local da memória sergipana, ainda que existam poucas referências bibliográficas. Nos primeiros anos da prática docente, nós trabalhávamos numa perspectiva de seleção de textos ou temas ligados à história e à cultura local, para lermos e debatermos em sala, sempre com muito êxito. Em geral, há uma curiosidade dos estudantes em saber mais sobre a história local e falar do seu cotidiano dentro do tema cultura.

Ao passar dos anos, sempre que possível, realizamos excursões pedagógicas em espaços de interesse histórico-cultural dentro e fora de Itaporanga d’Ajuda, para que os estudantes pudessem vivenciar na prática o que teorizamos em sala. Destacamos as visitas ao Museu da Gente Sergipana, Centro Cultural de Aracaju, “City Tour” São Cristóvão e Laranjeiras, visitas às Fazendas Colégio e Escurial. Durante o período de suspensão de aulas presenciais (2020-2021), devido à pandemia de Covid-19, nós trabalhamos com recursos audiovisuais através de grupos de *whatsapp* que remetessem ao cotidiano do estudante, ainda que, infelizmente, a maioria deles não pudesse acompanhar essas atividades, devido à exclusão digital causada pela exclusão socioeconômica, nos levando à preparação de módulos impressos com adaptações ao conteúdo. Nos grupos de *whatsapp*, desenvolvemos a seguinte estratégia: descarregamento de um vídeo do *youtube*, imagens de internet, um texto ou poesia que se interligasse com o vídeo e a imagem trabalhada. Posteriormente, gravávamos um áudio ou vídeo analisando o tema e exportando-o para a realidade local, e enviávamos a atividade com questões que estimulassem respostas pessoais, pelo aplicativo *google forms*.

Percebemos que o interesse pelo conhecimento do seu próprio “chão”, e de si mesmo, por parte do alunado, aumentou. Isso estimulou-me de maneira definitiva a tentar ampliar o horizonte de trabalho no sentido de desenvolver uma ferramenta pedagógica permanente aos professores do município. No município de Itaporanga d’Ajuda, as aulas retornaram integralmente ao modelo presencial no ano letivo 2022, e o trabalho remoto foi abolido. Em meio a uma euforia inicial, nos deparamos, no retorno, com velhos problemas nas escolas, como a ausência de redes sem fio para trabalho com os estudantes e das ferramentas para uso de audiovisuais, como TV, Datashow e caixa de som, sem os quais, os professores, em muitas situações, não conseguem desenvolver o que planejaram

ou, precisam investir em recursos próprios para alcançar os objetivos. Mesmo com todas essas dificuldades, não esmorecemos em querer contribuir pedagogicamente para a identidade histórico-cultural de Itaporanga d’Ajuda-SE.

Iniciar esse resgate é fundamental, pois, percebe-se uma certa timidez de conhecer a história do município, talvez por estar sedimentado, no senso comum dos itaporanguenses, de que é uma mera *cidade-dormitório*, e que se acanha por ter ao seu lado um gigante do patrimônio histórico, que é o município de São Cristóvão e, quem sabe, por estar no baricentro, entre três importantes vértices sergipanas do ponto de vista econômico e demográfico: Aracaju, Estância e Lagarto. Essa conformidade quanto a um suposto papel coadjuvante, em tais arranjos espaciais, parece não deter apenas hierarquias urbanas, mas também adentra, de alguma forma, no campo psicológico de seus habitantes. Destas observações, nasce a necessidade de demonstrar que Itaporanga d’Ajuda tem um papel importante ao longo da história de Sergipe e de sua gente, de modo que esse trabalho busca ser uma contribuição para esse resgate.

Dentre as várias possibilidades de se trabalhar uma nova concepção de História, está a perspectiva local. Nela, está contida a simbologia do lugar em diferentes aspectos: a preservação arquitetônica, as festas, a religiosidade, a linguagem, as variações linguísticas, as crenças, dentre muitos outros. Evidencia-se elementos de uma micro-história, reforça-se o senso de pertencimento, a união da comunidade, apresentam-se formas de luta de personagens, anônimos e famosos, que, juntos, constroem de maneira natural a cultura de um local, e gradualmente uma unidade de pensamento em torno da identidade do lugar.

Uma percepção que se tem do dia a dia da escola, especificamente do conteúdo programático e as destinações e usos que a sociedade, em geral, faz dele no pós-escola, é a de que o único objetivo é ser “aprovado” em exames para o acesso ao Ensino Superior. Em realidades sociais mais humildes, como geralmente são as dos estudantes da escola pública brasileira, os objetivos podem e devem chegar, também, a esse caminho, mas muitos outros estudantes não sentem afeição ou afinidade ao que se aborda e, portanto, enxergam no seio escolar um vazio, ou um espaço sem sentido em sua trajetória; muitos estão matriculados por uma determinação da lei e não pretendem seguir o que o sistema de mercado urbanita oferece.

Nessa perspectiva, valorizar os elementos do cotidiano itaporanguense dentro de um fazer História, é constituir uma história do século XXI apresentando conexões de passado, presente e futuro do lugar, bem como sua condição social, que tem por objetivo

maior: propor que nossos estudantes, antes de tudo, cidadãos do município, possam estar inseridos e se vejam dentro do próprio currículo escolar; que sejam ativos num processo crítico de entendimento do que são e como serão, durante e após sua passagem pela escola; que apreendam que seus valores também são partícipes de uma construção de conhecimentos; e que sua identidade cultural é, sim, uma fonte de memória afetiva do lugar e dos costumes, e modificam as sociedades no processo histórico.

A liberdade para o estudante pensar e agir no estudo e elaboração de atividades alusivas à História local é um meio contumaz de ganhar motivação e dedicação para ampliar a capacidade argumentativa dos discentes. Pesquisar a história e a cultura do município de Itaporanga d'Ajuda, desde a sua gênese, para compreender a formação identitária do lugar é contribuir para uma História ativa e participativa.

A ocupação colonial portuguesa no território brasileiro, entre os séculos XVI e XVIII, e, posteriormente, o período imperial brasileiro, na maior parte do século XIX, mantinha uma estrutura de poder fundamentada em três pilares: o *econômico*, marcado pela expropriação fundiária dos povos indígenas, escravização destes e dos povos africanos, e intenso uso do solo para extração de minérios, madeira, criação de gado bovino e cultivo de produtos agrícolas de exportação, notadamente, a cana-de-açúcar, o café e o algodão; o *político*, através do poder monárquico e oligárquico; e, por fim, o poder *religioso*, em que a Igreja Católica, não apenas, executava a catequização dos povos indígenas e escravizados, como também detinha terras, exercia funções administrativas, erguia edificações eclesiais e ditava ritos e crenças que moldavam os costumes.

A respeito do poder religioso, esse se materializa visualmente através dos templos católicos, festividades e eventos de devoção em efemérides, introdução da literatura europeia e do conhecimento artístico e científico europeu, implementação do aprendizado da língua portuguesa, controle administrativo dos registros de nascimentos, matrimônios, óbitos e diversos costumes de ordem moral, reverberados no patriarcalismo que atravessou o período colonial, e que, na contemporaneidade, está fortemente presente na sociedade brasileira. No litoral brasileiro, a monocultura açucareira incentivou a construção de inúmeras igrejas e capelas, através da doação de terrenos por parte da elite rural devotada fervorosamente ao cristianismo, para missões religiosas ou por iniciativa própria dos senhores, por meio de irmandades particulares.

Pretendemos, como objetivo geral, ampliar o conhecimento da História local de Itaporanga d'Ajuda, através do recorte espaço-temporal da presença da Igreja Católica, preponderantemente expressa nos templos construídos em Itaporanga d'Ajuda, município

do litoral do Estado de Sergipe, entre os séculos XVII e XIX, período da história do Brasil colonial em que o poder religioso, associado ao Estado e à economia, tinha papel estratégico na capitulação e/ou escravização dos povos indígenas e africanos, pela catequese. Esse era um dos mecanismos para a expropriação, ocupação e uso do solo, tanto para a pecuária como para a produção de cultivos de subsistência e, com maior destaque, a produção monocultora de cana-de-açúcar, implementada principalmente pela colonização portuguesa, espanhola e holandesa, nas Américas. A construção de templos católicos por intermédio de irmandades, ou por iniciativas particulares, em propriedades rurais dos senhores de engenho representava um símbolo de força e domínio territorial, político e social.

Em Itaporanga d'Ajuda, as principais atividades econômicas coloniais e do período imperial brasileiro desenvolveram-se às margens do rio Vaza-Barris, entre os séculos XVI e XIX. Ao longo desse corpo d'água, foram, também, erguidas igrejas e capelas que possuem valor histórico e cultural significativo para o município, sendo importantes fontes de educação patrimonial. Atualmente, as localidades rurais onde a maioria delas se situam são fazendas dedicadas à pecuária bovina: Camaçari, Colégio e Dira. A única exceção é a Matriz de Nossa Senhora d'Ajuda, dentro do espaço urbano, mas que, à época do seu surgimento, também se situava dentro de um antigo engenho, o Itaporanga.

Assim, temos o propósito de utilizar essa importante linha da historiografia para trabalhar o município de Itaporanga d'Ajuda, Estado de Sergipe, Região Nordeste do Brasil. Escolhemos abordar a história das igrejas seculares do município e a contribuição dessas edificações na produção do espaço geográfico local, mais precisamente, no vale do rio Vaza-Barris, ao atravessar o município, para ampliar os estudos sobre esse tema.

Como objetivos específicos, destacamos: contextualizar a ocupação espacial das igrejas católicas no vale do rio Vaza-Barris, no momento de grande uso do solo para a produção açucareira no atual Estado de Sergipe, que se estendeu até meados do século XX; a função social, política e econômica dessas edificações, no processo de formação da sociedade rural itaporanguense; construir um material pedagógico em forma de roteiro iconográfico, com informações detalhadas das edificações estudadas, como importante instrumento da história local de Itaporanga d'Ajuda.

Vislumbra-se, deste modo, a aplicação de uma possível interdisciplinaridade curricular, pois, a produção de material didático das igrejas seculares de Itaporanga

d’Ajuda poderá ser abordada, também, nas disciplinas Cultura Sergipana, Educação Artística, Ensino Religioso, Geografia e História.

Para alcançar tais proposituras, nossa metodologia passou pelo levantamento de documentação existente em relação à essas edificações no Cartório Municipal, na Paróquia de Nossa Senhora d’Ajuda e sítios da rede mundial de computadores, nos órgãos oficiais de preservação do patrimônio histórico Federais e Estaduais, Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, Câmara de Vereadores de Itaporanga d’Ajuda, Prefeitura Municipal de Itaporanga d’Ajuda e Arquivo do Poder Judiciário do Estado de Sergipe. Em levantamentos de campo, registramos imagens das igrejas a serem estudadas em todos os seus detalhes. Estabelecemos, ainda, conversas com os estudiosos que possuem conhecimento sobre as igrejas sergipanas construídas no período Colonial, Imperial, e da primeira década da República brasileira – períodos históricos que ora analisamos –, a fim de obtermos o maior número de fontes sobre o tema. Produzimos um roteiro iconográfico com uma miscelânea de imagens, acrescidas de informações históricas relevantes das igrejas estudadas, um referencial didático voltado aos estudantes dos anos finais do ensino fundamental do Município de Itaporanga d’Ajuda e do Estado de Sergipe.

No ínterim da discussão de tais propostas, podem ser inferidos os usos atuais desses espaços, e as ações públicas e privadas de caráter documental, preservacionista e de exploração econômica, a exemplo do tombamento, turismo, locação para eventos, ensaios fotográficos e, até mesmo, se ainda possuem função eclesial.

No primeiro capítulo, trataremos do Ensino de História na educação brasileira, sua evolução, as políticas públicas e legislações aplicadas nos currículos escolares, até o presente, e as estratégias de ensino-aprendizagem histórica, calcadas no respeito às diferenças.

O segundo capítulo traz um panorama da ocupação do espaço geográfico do litoral oriental brasileiro no Período Colonial, a chegada da empresa ultramarina exploratória europeia, a expropriação das terras, a alienação cultural-religiosa e a escravização dos povos nativos e africanos, para o trabalho em canaviais e outras fontes econômicas, como a pecuária e a mandioca, configurando-se em uma sociedade rural, latifundiária, aristocrata, católica e escravista, voltada aos interesses econômicos da metrópole portuguesa.

Para o terceiro capítulo, abordaremos o município de Itaporanga d’Ajuda, situado ao leste sergipano. Da sua gênese, marcada pela numerosa presença dos povos

Tupinambá, passando pelas missões jesuítas, expulsão dos povos originais a partir de conflitos, formação do povoamento colonial através das doações de sesmarias, a imersão de seu espaço, em total consonância com os objetivos econômicos da agroexportação. Como esse modelo, se conecta com o tempo presente, em termos de indicadores socioeconômicos de seus habitantes, e na ocupação e uso do solo urbano e rural.

No quarto capítulo, serão apresentadas e estudadas as edificações católicas erguidas entre os séculos XVI e XIX no município de Itaporanga d’Ajuda, e que foram preservadas: Igreja Jesuíta do Colégio Tejupeba, Igreja Matriz de Nossa Senhora d’Ajuda, Capela Nossa Senhora do Rosário e Capela Senhor do Bomfim. Todas elas têm algo em comum: estão às margens do rio Vaza-Barris e atestam a importância desse corpo d’água para a sociedade itaporanguense e sua História.

Em relação ao quinto capítulo, elaboraremos um produto pedagógico em forma de roteiro iconográfico-informativo das igrejas históricas estudadas, elementos da paisagem que estão inseridos em um momento importante da História local de Itaporanga d’Ajuda, e da História do Brasil, dos primeiros 350 anos, detalhando-o no quinto capítulo.

O tema em estudo tem como proposta ajudar a compreender aspectos históricos, políticos, culturais, econômicos e geográficos do lugar, e constitui potencial para servir como uma importante fonte de estudo, não apenas para os estudantes e professores, mas para toda a comunidade de Itaporanga d’Ajuda e do Estado de Sergipe que deseje ampliar conhecimentos históricos.

Documentar, observar, identificar e visitar espaços históricos do lugar é um exercício que exige dedicação e compreensão da formação do município de Itaporanga d’Ajuda. Colher imagens dos lugares pesquisados é uma fonte concreta e precisa para estabelecer referenciais de tempo, no tocante à preservação da memória histórica. Buscar depoimentos de cientistas, intelectuais e pessoas da comunidade sobre os fatos, fenômenos e eventos históricos de Itaporanga d’Ajuda são compromissos com a busca da veracidade historiográfica. Focar no estudante, como munícipe e sua interpretação da própria realidade social, estimulando-o a compreender sua posição é um dever do docente.

Este trabalho foi pensado para todos os estudantes dos anos finais do ensino fundamental, mas, especialmente, para estudantes matriculados na rede municipal de Itaporanga d’Ajuda. Atualmente, 3 (três) escolas ofertam a modalidade Ensino Fundamental – Anos Finais: EMEF Prefeita Maria das Graças Souza Garcez (Centro),

EMEF José dos Santos (Colônia Sapé) e EMEF Vereador Genésio Santana (Nova Descoberta).

**Figura 1-** Itaporanga d’Ajuda, E.M.E.F. Prefeita Maria das Graças Souza Garcez



Fonte: Registro do pesquisador, 2022.

Na modalidade Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental (EJAEF), as escolas que a ofertam são: EMEF Prefeita Maria das Graças Souza Garcez (Centro), EMEF Vereador Genésio Santana (Nova Descoberta) e EMEF Desembargador Pedro Barreto de Andrade (Gravatá). De acordo com o INEP, em 2022 a matrícula nos anos finais do ensino fundamental nas escolas do município foi de 4.069 estudantes. Na EJAEF foram matriculados(as) 428 estudantes.

**Figura 2-** Itaporanga d’Ajuda, E.M.E.F. Vereador Genésio Santana



Fonte: Registro do pesquisador, 2022.

Esses são os públicos aos quais objetivamos direcionar esse estudo e a produção pedagógica a se desenvolver. Entendemos que a produção científica de história local é sempre muito bem-vinda para que se multipliquem iniciativas nesse tema por parte de pesquisadores.

Os avanços do ensino da ciência historiográfica atual são o resultado de um longo processo de formação do conjunto de habilidades e instrumentos. Quais os desafios enfrentados pelos profissionais do ensino de História para o reconhecimento da importância da disciplina? Quais políticas educacionais foram desenvolvidas no Brasil, no tocante ao currículo e ao programa da História como disciplina? Como a legislação educacional estabeleceu diretrizes ao ensino de História ao longo de distintos períodos? Quais as possibilidades disponíveis e quais as tendências que os profissionais do magistério buscam, na atualidade, para trazer criatividade, criticidade e desenvolvimento na aprendizagem?

## CAPÍTULO 1

### O ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL

Observando a caminhada do ensino de História no Brasil, percebe-se que a disciplina carrega, até o tempo presente, a marca de ser considerada uma área de conhecimento meramente mnemônica, sem aprofundar-se na relação causa-efeito dos fatos históricos abordados. Entendemos que essa percepção, que na maioria das vezes é explicitada pelos próprios estudantes, se deu por um conjunto de situações: a formação docente deficitária na universidade, a relação ensino-aprendizagem verticalizada, a política educacional brasileira excludente e a parca discussão crítica dos temas.

Segundo Villalta (1992), a oferta das disciplinas pedagógicas, a exemplo de Didática e Estágio Supervisionado em Prática de Ensino, se apresentam, por vezes, desarticuladas com as licenciaturas específicas, onde as disciplinas específicas da área de História se concentram antes da formação pedagógica, na maioria das universidades.

A educação brasileira enfrenta uma série de deficiências no processo de ensino-aprendizagem. No que se refere às chamadas “disciplinas específicas” da História, Villalta (*Apud* ELZA NADAI, ano, p. 226 ) afirma que o estudante de graduação em licenciatura de História recebe informações fragmentadas, de correntes usuais na historiografia atual, como o materialismo histórico e a Escola dos Annales, em recortes exemplares de obras e autores que tratem desses temas, diminuindo a possibilidade de debates e da capacidade argumentativa dos universitários. Além disso, um considerável contingente de estudantes não participa de Iniciação à Pesquisa Científica (FENELON *apud* VILLALTA, 1992, p. 228). O reflexo, na prática dos docentes egressos da universidade, está no exercício de um ensino conteudista, aulas expositivas com pouca ou nenhuma abertura para intervenções dos estudantes, e atividades que não estimulam a criticidade, mas tão somente se valem do estímulo-resposta, o “decoreba”, na linguagem coloquial. “Um professor frágil do ponto de vista teórico cuja prática difere radicalmente do seu discurso. Um professor que não planeja suas aulas. Aulas monótonas, pobres do ponto de vista didático e histórico” (VILLALTA, 1992, p. 226).

Mesmo com inegáveis avanços na democratização do ensino, desde meados do século XX, é preciso entender que o início da educação brasileira formou-se a partir de um modelo elitista e conservador. Em um país cuja desigualdade social ainda campeia, graças à elevada concentração de renda e fundiária, que privilegia um contingente pequeno de elitizados do capital, é chegado o momento de pensar uma educação que

permita a abertura de ideias e concepções plurais de aprendizagem e oportunidades, para grupos sociais historicamente excluídos do seio da sociedade brasileira: homens e mulheres pobres do campo e da cidade, quilombolas, indígenas, idosos, LGBTQIAP<sup>1</sup> e crianças. Uma nova visão de história analítica e inclusiva, que traduza os fatos passados e os conecte com o tempo presente, para levantar discussões sobre os impactos de séculos de opressão colonial.

O início do ensino de História, na chamada educação primária, remonta a meados do século XIX. Preocupava-se em criar uma história de identidade nacional fundamentada na exaltação de personagens, invariavelmente do sexo masculino, tidos como heróis de uma pátria ainda em formação. Mantinham-se, assim, as estruturas de dominação coloniais, sem espaço para reconhecer a importância de cativos, índios e mulheres na gênese da nação brasileira. Calcado no determinismo em voga à época, os manuais de história ignoravam e marginalizavam os grupos supracitados, e superestimavam o branco europeu como referencial de civilização. Não é demais lembrar que, nesse período, o ensino não era universal. Somente meninos e homens brancos ricos estudavam, e o ensino de História não era obrigatório. Tem-se, deste modo, uma História “cujo objetivo tem sido realçar, mais uma vez, um país irreal, mascarando as desigualdades sociais, a dominação oligárquica e a ausência da democracia social” (NADAI, 1992, p. 150).

A primeira grande virada no ensino de História primário se dá no ano de 1930, com a reforma geral da educação, liderada pelo Ministro Francisco Campos. História e Geografia se fundem para compor a disciplina Estudos Sociais. Tem-se uma primeira tentativa de trabalhar um referencial tempo-espaço mais regional, localizado e, portanto, mais perto da realidade do estudante.

De acordo com Bittencourt (2018), a implementação da educação secundária não diferiria muito da sistemática aplicada no primário. Transitando, ora entre as *humanidades*, ora entre as *ciências*, a História mantinha os aspectos eurocêntricos e sagrados que, basicamente, eram trabalhados no nível anterior. De caráter enciclopédico, seus conteúdos baseavam-se, inicialmente, na História Geral da Antiguidade Clássica à Contemporânea, além da História catequética. Não tinham qualquer criticidade em seus conteúdos, reservando-se apenas a expor informações e personagens de maneira pontuais. A história insere-se, definitivamente, num contexto de ciência humana, no início do século XX, quando rompe com a História Sacra. O Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro,

---

<sup>1</sup> Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais.

era referência, nessa época, e suas disciplinas eram ministradas por professores de grande renome intelectual, detentores das “cátedras”.

Ainda segundo Bittencourt (2018), o contexto pós-guerra da segunda metade do século XX – urbanização, explosão demográfica, industrialização e bipolaridade política internacional entre norte-americanos e soviéticos – exigiu novos posicionamentos sobre o ensino de História que acompanhassem esse momento. Essa tentativa saiu das universidades para as escolas, entre as décadas de 1950 e 1960, no Brasil, mas foram bruscamente interrompidas com o golpe de 1964, que levou o país a uma ditadura militar, apoiada pelos Estados Unidos, que se estenderia por 21 anos. Uma gritante censura aos currículos fora imposta, levando a uma regressão curricular baseada em heróis da pátria e efemérides. Para minimizar, ainda mais, o estudo de História, criaram-se as disciplinas doutrinárias no ensino primário ginasial: Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e Educação Moral e Cívica (EMC). Na prática, o ensino básico da segunda metade do século XX permaneceu distante da lógica de uma educação transformadora das massas, sem desenvolvimento prático ou extensivo das atividades e, portanto, exaustivamente teorizado.

Com o processo lento de redemocratização, iniciado no fim dos anos 1970, e que culminou no fim da ditadura militar, na primeira metade dos anos 1980, o Ensino de História rediscutia seus caminhos no Brasil. Nas universidades, o debate girava em torno do currículo da disciplina a ser ensinada na educação básica. Uma preocupação em não reproduzir a História conteudista, personificada e elitista, que perdurou até então, na pedagogia brasileira. O contexto pós-guerra-fria exigiu dos pensadores em História que a interpretação crítica dos fatos, e a interrelação destes com os próprios estudantes, pudesse ser uma busca incessante do historiador no propósito de um ensino que trouxesse autonomia e conscientização ao seu papel na divisão internacional do trabalho.

No primeiro quinto do século XXI, tem-se uma sociedade inserida num contexto de celeridade das transformações espaciais e da influência direta do meio técnico-científico-informacional. Ao mesmo tempo em que o avanço das redes sociais traz o alarde de aproximar pessoas, culturas e economias, percebe-se que o abismo da desigualdade social se acentua. A mecanização e a informatização alavancam a dinâmica produtiva, mas eliminam postos de trabalho, e fazem com que a formação profissional torne-se cada vez mais tecnicista e menos humanista. Some-se a isso as políticas de Estado de reforma curricular, que enfatizam essa tendência. A História, assim como as

ciências humanas, em geral, são reduzidas em sua importância, compreendidas como disciplinas não decisivas para o modelo de formação educacional laboral da atualidade.

Contudo, a história do século XXI não está à margem das transformações. Dentro da nova perspectiva global de conhecer a tudo, a todas e a todos, ela tem buscado tratar dos valores da coletividade, dos significados, por séculos ignorados ou omitidos, das comunidades e grupos sociais marginalizados. O passado e o presente devem estar conectados por essa nova abordagem. A História do presente é fruto dessa rica acumulação de fatos e fenômenos que trazem sentido a uma comunidade, a um lugar, a uma paisagem e, conseqüentemente, aos que a ela pertencem, e que continuam a imprimir suas digitais na manutenção do seu espaço. A história tem, portanto, o grande papel de construir a identidade de um grupo, de fomentar e estimular as raízes culturais e sociais de sua gente.

A História como disciplina escolar, de modo semelhante, tem o dever formal de preconizar as normativas do nosso currículo, tal como sinalizam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A primeira, datada de 1998 e, a segunda, finalizada em 2017, ambas amparadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96), trazem, de maneira inédita, à estrutura curricular a possibilidade de abordar temáticas como a História dos povos indígenas, a História da África e da Cultura Afro-brasileira, ratificadas após a promulgação das leis complementares específicas: a Lei nº10.639/03 e a Lei nº11.645/08.

O ensino e a aprendizagem, fundamentados nos Parâmetros Curriculares Nacionais, apontam, de acordo com Schimdt (2009), que o insucesso no resultado do processo educacional ocorre da falta de maior interatividade dos estudantes com o real. A autora enfatiza que o documento se aproxima do modelo construtivista, e o estudante pode adquirir maior domínio semiótico e cognitivo, ao aprender de forma contínua a resolução de problemas e definir metas para o seu futuro pessoal. Especificamente, no aprendizado de História, esta ciência pode ser absorvida e compreendida pelo estudante em seu próprio cotidiano, seja no convívio familiar, seja nos eventos sociais e culturais de toda ordem, ou mesmo através dos meios de comunicação, e não apenas no tradicional uso do livro didático, por exemplo. Todos os elementos situacionais do indivíduo são compartilhados no seio escolar e se somam a outras vivências numa produção contínua de saberes, gerando novas noções do tempo histórico, passíveis de serem comparáveis ao saber tradicional da história adquirida nos bancos escolares, e fomentar interpretações e conclusões a respeito de um mesmo tema, sob diferentes pontos de vista.

A Base Nacional Comum Curricular é fruto de intensos debates que surgiram durante o Plano Nacional de Educação (PNE, BRASIL, 2014), em meados da década de 2010, por profissionais de educação, representantes da sociedade civil e de entes federados. Segundo Ralejo (2021) e Bittencourt (2018), a primeira versão da BNCC para o ensino de História, de 2015, é concebida como uma ousada e magistral iniciativa de ruptura com o currículo eurocentrista. Contudo, os rumos da política nacional brasileira, naquele ano e no posterior, com o processo de *impeachment* da então Presidente do Brasil, Dilma Rousseff – que culminou em troca de comando da presidência da república e mudança ideológica na condução política –, o grupo inicial, de 12 (doze) pesquisadores, foi dissolvido pelo Ministério da Educação e substituído por um corpo docente oriundo de uma universidade específica (RALEJO, 2021), ampliou o currículo de História do Brasil trazendo o retorno de concepções da historiografia tradicional.

A BNCC tem um caráter de extrema relevância, ao atender uma reivindicação histórica dos profissionais do magistério, de poder oferecer um currículo basilar e nacional. Mas, será que esse importante instrumento é tão hermético, a ponto de obstaculizar iniciativas locais de acordo com determinadas vivências e adaptações da comunidade escolar?

Podemos entender que a produção curricular é um instrumento político e que, portanto, é constituído por um espectro ideológico ou de poder. Assim, a percepção do profissional do ensino de História, de tal sujeição de sua disciplina, precisa ser observada. É ele que pode analisar se determinadas narrativas históricas são mais valorizadas e quais são pormenorizadas ou, simplesmente, excluídas. Se o professor tem essa sagacidade, acaba por encontrar caminhos alternativos para explorar o currículo de modo a adicionar visões da História que tragam à baila versões e fatos históricos de identidades que não foram contempladas, estimulando o crescimento de uma História plural, dinâmica e viva.

Ainda que, passadas mais de duas décadas de construção de um paradigma curricular, perceba-se alguma morosidade em visualizar conteúdos de História da África e História indígena, de maneira mais robusta em livros didáticos, por exemplo, é inegável que os profissionais do ensino de História e os estudantes, notadamente, os de comunidades indígenas e de remanescentes quilombolas, tiveram mais amplitude e liberdade ao planejar e abordar contrapontos ao eurocentrismo, e se aproximar ainda mais de sua realidade socioespacial. Mesmo que a divisão tradicional da cronologia historiográfica não seja refundada, é possível e permitido ao professor de História que possa trabalhar Antiguidade, Medieval, Modernismo e Contemporaneidade à luz do

pensamento indígena, africano e afro-brasileiro, e propor ao estudante a observação de antagonismos de concepções em relação à tradicional historiografia de orientação europeia.

A História e seu ensino não podem mais ser complacentes com a distinção entre os níveis de modernização e de tecnologia distintos do mundo. Produzir uma História nessa configuração é buscar entendimentos e abrir proposituras para questões que assolam, por exemplo, as periferias brasileiras, tais como a falta de moradia, de saneamento básico, desemprego, violência, e muitos outros. A consciência histórica será, então, o ponto de partida para compreender a sua própria realidade social, a fim de valorizar e melhorar tudo aquilo que tiver grande valor à comunidade, e puder prover estratégias para romper barreiras de dificuldades enfrentadas por esses indivíduos. Essa construção passa por uma escola pública que precisa ser mais equipada, mais preparada para seus estudantes e que os enxergue como seres humanos e não como estatísticas de matrículas para compor dados oficiais, desmotivantes e sem atrativos.

A seguir, abordaremos sobre o histórico da preservação dos elementos materiais e imateriais do Brasil e suas possibilidades para o ensino de História.

### **1.1 A preservação do patrimônio histórico brasileiro como fonte de aprendizagem**

As primeiras iniciativas de catalogar e identificar o patrimônio histórico, no Brasil, se dão no século XIX, sob forma de missões artísticas, como as do francês Jean Baptiste Debret e do alemão Johann Moritz Rugendas, que retratavam o cotidiano social e a paisagem natural brasileira, e as criações do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia de Belas Artes. A preocupação oficial com a conservação do patrimônio histórico, material e imaterial<sup>2</sup> do país, se intensifica a partir do segundo quarto do século XX. Surge, em 1936, o SPHAN – Serviço Nacional do Patrimônio Artístico e Cultural. Na esteira da criação do SPHAN, vem, em 1937, a publicação do Decreto-Lei nº 25, com o objetivo de estabelecer diretrizes para a preservação do patrimônio artístico e cultural do Brasil.

---

<sup>2</sup> O patrimônio material é constituído por elementos concretos ou tangíveis constituídos por bens imóveis como monumentos, igrejas, palácios, parques, logradouros ou por bens móveis, a exemplo de obras de arte, vestes, objetos, utensílios e escritos de valores históricos ou arqueológicos. O patrimônio imaterial se constitui de elementos da manifestação espontânea e intangível, a exemplo das danças folclóricas e folguedos.

Em seu artigo 4º, o Decreto-Lei nº 25 define quatro livros de tombamento, onde um determinado patrimônio, de acordo com a sua natureza, poderá ser inscrito: um de caráter arqueológico, etnográfico e paisagístico; outro, referente ao interesse histórico; o terceiro relacionado às belas artes existentes no Brasil, independente da origem nacional ou estrangeira; e, por fim, as chamadas artes aplicadas, também desapegadas quanto à sua nacionalidade.

Com muita nitidez, se evidencia que na tentativa de criar uma identidade patrimonial brasileira privilegiou-se, até meados da década de 1960, a preocupação com o tombamento de patrimônios arquitetônicos, notadamente, os de natureza religiosa católica, as igrejas e os casarões que remetiam à elite agrária e burguesa. Esses tombamentos foram, principalmente, de edificações dos Estados da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro, escolha que não se deu ao acaso. Nesses locais aconteceram importantes ciclos político-econômicos da história brasileira no Período Colonial (FONSECA, 2005). Pretensiosamente ou não, temos, então, um reforço do pensamento eurocêntrico e colonizador, em detrimento de elementos mais próximos do população indígena e afro-brasileira.

Em 1970, o SPHAN tem seu nome alterado para IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Desde então, passando por diferentes políticas de gestão do poder executivo, foi timidamente modificando sua visão a respeito dos valores patrimoniais. Reforçado pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216 e pelo Decreto Federal nº 3551, de 2000, o IPHAN passou, finalmente, a valorizar e desenvolver estudos de preservação do patrimônio imaterial, por exemplo, valorizando saberes populares consagrados nas artes, nas manifestações folclóricas e religiosas.

Assim, o estudo de edificações históricas coloniais em sala de aula ganha uma óptica diametral: a de que elas são fruto de uma intensa usurpação territorial, uma aviltante privação de liberdade, exploração laboral, doutrinação cultural-religiosa e extermínio de milhões de indígenas e negros. Cada pedaço de adobe, cada beiral das mais nobres madeiras, cada utensílio do mais precioso metal tem na sua composição a pulverização da dignidade humana, o genocídio e a interrupção de sociedades livres, justas e integradas ao seu espaço geográfico.

Como o professor de História pode e deve utilizar o conhecimento do patrimônio do lugar onde leciona para seus estudantes e estabelecer interrelações entre os tempos históricos do passado e do presente? É o que abordaremos adiante.

## 1.2 O estudo das igrejas itaporanguenses e a História local

A escolha das igrejas históricas do município de Itaporanga d’Ajuda, como objeto de pesquisa, carrega um grande significado, o de valorizar a História local. Suas arquiteturas atestam marcos temporais muito importantes na História econômica e social brasileira Colonial. O tombamento desses espaços é a garantia legal de que a atual e as futuras gerações possam conhecer e compreender as mudanças histórico-espaciais do município de Itaporanga d’Ajuda.

É possível que, ao trazer ao chão da sala de aula a temática local, o estudante tenha a oportunidade de reconhecer o dinamismo do lugar e da paisagem como uma veia pulsante, onde interpretá-la é fazer a interação de todos os elementos visuais disponíveis na construção de determinados espaços, de modo que “tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem [...]. Não apenas formada de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.” (SANTOS, 1998, p. 61).

Acreditamos que a proposta de estudo desse trabalho segue as ideias do pensador espanhol Mario Carretero (2014), de que o conhecimento histórico deve ser uma chave para que os estudantes possam identificar as relações e impressões do presente, para abrir discussões sobre o passado de determinados fatos históricos, e não apenas compreender o passado de uma maneira pontual e isolada.

Se propuséssemos um inventário, ao estudarmos a História local, certamente nos cercaríamos de uma grande atenção sobre seus aspectos e poderíamos, talvez, dividi-los em positivos e negativos.

Positivamente, estudar o lugar de vivência cotidiana permite: adicionar e reconhecer o valor histórico numa escala microrregional; valorizar ideais de diversidade e de sensação de pertencimento a um lugar, a partir das correlações entre o ser presente e a construção da sua identidade; ser um importante contraponto com as ideias de uma história eurocêntrica, ao valorizar temas, sujeitos e povos esquecidos pela historiografia tradicional – nativos, cativos, mulheres, pobres, crianças, idosos, dentre outros; buscar respostas para questões que problematizem a construção identitária da sociedade de um lugar, em pequenas escalas territoriais.

Por outro lado, é prudente: não tratar o objeto de estudo, apenas, como um recorte do presente, sem reconhecer as contribuições históricas que o remetem à atualidade, e que certamente ainda trarão alterações futuras; deve-se sempre considerar que seu contexto social, político e econômico é resultado da junção de tempos e fatos históricos de maior

amplitude; a história local, enquanto guardiã da identidade de um lugar, não pode estar desconectada do processo de globalização e de suas influências, graças à difusão veloz de informações através da rede mundial de computadores, e do aumento do fluxo de pessoas, mercadorias e serviços, que intrinsecamente carregam distintas identidades ao redor do planeta; produzir história local e disseminá-la nas escolas não deve ser algo de uso apropriado por governos ou câmaras legislativas; entes políticos devem promover meios de garantir a democratização do ensino das identidades e jamais praticar ufanismos ou autopropagandas; não reduzir ou acautelarem em demasia o uso de fontes orais e a história das mentalidades.

No capítulo seguinte, veremos que as igrejas históricas ora estudadas são fruto de um elo do Brasil colonial entre a religião católica e a elite agrária, dois elementos de grande poder político e econômico à época. Ao identificar os problemas socioeconômicos vigentes em Itaporanga d'Ajuda da atualidade é possível fazermos conexões com a concentração fundiária, a dominação política pelos descendentes da elite colonial local e a manutenção dos laços dessas elites com a igreja através de eventos festivos ou por meio de filantropia.

## CAPÍTULO 2

### O ORDENAMENTO ESPACIAL DO LITORAL ORIENTAL DA AMÉRICA PORTUGUESA ENTRE OS SÉCULOS XVI A XIX: ECONOMIA, RELIGIÃO CATÓLICA E SOCIEDADE

#### 2.1 Do início à manutenção da expropriação

É a América Latina, a região das veias abertas. Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros do poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar foram sucessivamente determinados, do exterior, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo. (GALEANO, 2010, p. 05)

O Reino de Portugal empreendeu o Sistema de Sesmarias para a ocupação do território Colonial brasileiro. Em troca de divisas econômicas para a metrópole, era ofertada uma porção extensa de terras para erguer construções, germinar pastos e plantios, sobretudo, a cana-de-açúcar. Após a devida doação Real, o colono que não ocupasse, de fato, suas posses, ou que não trouxesse a ela a produtividade exigida pela Coroa, perderia seu direito de propriedade em prazos que variavam conforme o documento Real de doação, e a terra era, então, classificada como devoluta. Também era obrigação do sesmeiro quitar suas obrigações mediante à Ordem de Cristo, através do dízimo. Depreende-se, então, que a maneira mais ágil e viável de ocupar as sesmarias, de modo que atendesse aos interesses da Coroa portuguesa, era através do plantio de cana-de-açúcar nas margens dos rios.

O sistema de *plantation* é a marca visível da formação do espaço geográfico Colonial do Brasil litorâneo, entre os séculos XVI e XVIII. A concessão de sesmarias, grandes glebas de terra, a membros da fidalguia, variava em dimensão territorial, de acordo com o quantitativo de homens escravizados que cada um desses nobiliárquicos pudesse ter. Completando o tripé, temos o produto da atividade monocultora, a cana-de-açúcar. Forma-se, então, um complexo sistema agroindustrial. A atividade açucareira representava a principal forma de dominação econômica do Brasil Colonial, entre 1550 e

1750, aproximadamente, momento em que a atividade aurífera, em Minas Gerais, desloca o eixo econômico para o atual Sudeste brasileiro.

O domínio morfoclimático tropical-atlântico do leste brasileiro, de elevada temperatura média, grande regime pluviométrico<sup>3</sup>, bacias fluviais perenes e extensos tabuleiros costeiros (AB'SABER, 2003), apresentava à Metrópole as condições ideais para a empresa açucareira de exportação:

[...] o engenho-fábrica instala-se à beira de um rio, ao seu redor localizando-se os canaviais, em virtude de os solos férteis de massapê serem abundantes nos vales, além da pequena policultura, esta ocupando os solos sem fertilidade para o plantio canavieiro. (MOREIRA, 1990, p. 15)

Denota-se que a ocupação do espaço geográfico era fundamentalmente estratificada de acordo com as possibilidades de maior produção agroindustrial. Essa estratificação era invariavelmente delimitada pela força senhorial. A monocultura canavieira de exportação se dava próxima ao engenho, com um rígido controle sobre a produção e os escravos que nela trabalhavam. Essas áreas tinham sempre as melhores condições de pedologia e de provisões. As demais porções de glebas, em menor dimensão, eram destinadas para as atividades de plantio de mandioca e criação de gado para força motriz, sobretudo.

A estrutura social da empresa agroindustrial açucareira também era perceptível na configuração do lugar:

[...] a casa grande, residência senhorial, geralmente edificada numa cota sobressalente da topografia; a senzala, residência congregada dos escravos e colada à casa senhorial; e a capela, vista em destaque no alto de uma colina, que formam o triângulo básico do arranjo. (MOREIRA, 1990, p. 14 )

Redes e territorialidades alimentavam essa colossal estrutura: as vilas e cidades do litoral, simbolizando o poder administrativo advindo da Metrópole, que referendava e protegia os interesses dos senhores de engenho; as localidades do sertão que produziam bens alimentícios e de variados utensílios; e, por fim, as ligações com o espaço ultramarino, notadamente, o transporte do açúcar para o refino, o posterior consumo na Europa, e o tráfico de escravos africanos.

À altura do século XVII, o Brasil Colonial era o maior produtor da especiaria adocicada. Com o desinteresse de grande parte dos nobres portugueses de assumir o

---

<sup>3</sup> O leste nordestino brasileiro, sub-região denominada de Zona da Mata, apresenta médias pluviométricas anuais entre 1.800 mm a 2.200 mm e temperaturas médias anuais que variam entre 25°C a 31°C.

usufruto dos seus quinhões, a empreitada de financiamento, exploração, distribuição e refino da cana-de-açúcar do litoral ficou sob a incumbência de empresas holandesas, amparadas na Companhia das Índias Ocidentais que, aproveitando-se da instabilidade política e econômica lusitana, durante o Período da União Ibérica (1580-1640), fincou bandeiras na costa nordestina brasileira, controlando diretamente a produção. A restauração da Coroa portuguesa, e o esforço militar para a recomposição do domínio de Lisboa em terras brasileiras, forçou a saída dos batavos, em 1654. Estes, porém, também já tinham empreendido a produção açucareira no Caribe, à mesma estrutura existente na costa atlântica meridional.

A concorrência da empresa holandesa na América Central faz com que, em poucas décadas, se iniciasse uma longa crise do sistema monocultor de cana-de-açúcar do Brasil, processo irreversível que levaria à decadência econômica da região Nordeste brasileira (GALEANO, 2010). Mas, a ruína econômica não foi a única cicatriz deixada pelo expansionismo mercantilista exploratório europeu. O desmatamento para o plantio da cana-de-açúcar causou um grande prejuízo a todo o bioma da mata atlântica nordestina. Os tabuleiros costeiros desnudados, agora só tinham pequenos tufos em topografias mais íngremes. As queimadas para replantio contribuíram para a esterilidade do solo e sua erosão. A fauna exuberante sucumbiu ante à devassidão causada em seu *habitat*.

## **2.2 O modelo agroexportador em Sergipe, séculos XVI ao XIX**

Em Sergipe, no início da exploração lusitana do território brasileiro, existia uma diversidade de povos indígenas, sendo mais numerosos os Tupinambá. No afã de ocupar as terras, colonizar e catequizar os povos originais, foram criadas as Capitânicas Hereditárias, para melhor gerir e defender as terras conquistadas no Novo Mundo. O Rei de Portugal, Dom João III, concedeu, em 1534, a Francisco Pereira Coutinho, a posse da Capitania da Baía de Todos os Santos, incluindo as terras sergipanas (FRANÇA & CRUZ, 2013).

Contudo, nos primeiros 75 anos de colonização portuguesa, o território sergipano não teve uma ocupação efetiva. A ponto de os grupos indígenas, ali existentes, manterem suas tradições de organização social e econômico-extrativa praticamente intactas – salvo os contatos com corsários, principalmente franceses, como os quais praticavam o escambo.

Num caminho oposto ao que ocorria nas Capitânicas da Bahia e de Pernambuco, Sergipe demorou a empreender a atividade açucareira em seu território, chegando obter destaque na ocupação do solo, produção e exportação (NUNES, 1989). Na divisão econômica do trabalho, dos séculos XVI e XVII, a Capitania de Sergipe d'El Rey, geograficamente situada entre as duas capitânicas detentoras da primazia na produção de açúcar, assumiu o papel de criação de gado para consumo, tração e transporte, além de lavouras para base alimentar, tais como feijão e mandioca (PASSOS SUBRINHO, 2000).

De acordo com Sousa (2012, p. 15), “os criadores de gado não se expandiram tão rápido e o Estado pouco adentrou seu domínio na capitania sergipana”. O *modus operandi* diferenciado, no que concerne à atividade econômica, foi um ambiente propício para uma ocupação espacial mais lenta que em outras áreas do litoral oriental do Brasil Colônia. Sousa ainda pondera que essa lentidão transpareceu uma ausência mais firme do Estado Português, gerando conflitos entre latifundiários, pecuaristas e os representantes do Governo-geral da Bahia.

Ainda no século XVI, houve as incursões jesuítas em solo sergipano, entre os rios Real e São Francisco. Com o trabalho missionário desses padres, foram difundidas entre os indígenas, o idioma português, a religião católica e a construção de igrejas. Entretanto, permaneceram as bases econômicas de apoio à produção açucareira da Bahia e Pernambuco: a criação de gado e a produção de gêneros alimentícios.

A relação menos belicosa, porém, foi interrompida ainda no final de 1575, com as intervenções militares do Governador Geral Luis de Brito, e que se intensificou em 1590, com a chegada de tropas baianas comandadas por Cristóvão de Barros, imprimindo um genocídio a mais de 4000 nativos, aproximadamente (DANTAS, 2013). Mesmo com essa demonstração de força para gerir o território, a Capitania de Sergipe d'El Rey permaneceu ao longo do século XVII com um ritmo de colonização populacional e econômica de forma lenta e espasmada.

Apesar de já existirem engenhos em Sergipe, a partir do início do século XVII, no vale do Rio Real, a expansão mais significativa se deu nos últimos 50 anos do século XVIII. Não há consenso entre pesquisadores quanto ao número exato de empreendimentos do tipo, à época, mas, segundo Passos Subrinho (2000), entre o século XVIII e início do XIX, o número de engenhos existentes saltou de 46, no ano de 1756, para 347, no ano de 1823, ultrapassando, em 800 engenhos, no fim do século XIX.

Aflora-se, assim, uma nova base econômica no território sergipano. Os vales dos rios Cotinguiba, Japarutuba, Piauí, Real, São Francisco (este em sua foz, na altura do

município de Brejo Grande), Sergipe e Vaza-Barris agora formam uma paisagem homogênea, onde a monocultura e os latifúndios açucareiros se multiplicavam para atender ao crescimento demográfico e ao avanço do trabalho assalariado europeu, no período da Revolução Industrial (CRUZ, 2013).

Cresceu, também, a utilização da mão de obra escrava, que chegou, no século XIX, a ser responsável por  $\frac{1}{4}$  de toda a população sergipana. Os chamados escravos *crioulos* ou *nacionais*, ou seja, aqueles nascidos em solo brasileiro, eram os mais utilizados, já que a importação via Bahia era custosa aos engenhos sergipanos, em sua maioria de pequeno porte, os chamados *banguês* (PASSOS SUBRINHO, 2000). A modernização da empresa açucareira também foi tardia. A transição da força motriz para a energia a vapor, a usina, só teve início na segunda metade do século XIX. Nem todos os empreendimentos, na realidade, a maioria, conseguiram executar a transição. Era necessário dispor de muito capital para investir na moderna usina, e isso só viria a ocorrer mediante incentivos do Governo Imperial, através de leis e isenções fiscais, no último quarto do século XX (DINIZ *et al.*, 2013).

Entretanto, a modernização dos canaviais e engenhos sergipanos durou apenas algumas décadas do século XX. A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) fez despencar as exportações e o preço do produto. A disputa do mercado interno com centros de maior produção, como Pernambuco e São Paulo também foi impiedosa com a pequena produção açucareira sergipana, frente a esses Estados (CRUZ *et al.*, 2013). Particularmente, em Itaporanga d'Ajuda, lugar do nosso objeto de pesquisa, esses reflexos foram sentidos com a mudança de eixo econômico, a partir de meados do século XX, quando sai a cana-de-açúcar e se fortalecem a pecuária bovina, a avicultura e a policultura.

Em meio à paisagem homogênea dos canaviais no litoral nordestino, a Igreja Católica instituiu poder e presença na sociedade Colonial, reforçando a dominação da Coroa portuguesa através da propagação pela fé dos povos sublevados, e da devoção fervorosa dos senhores-de-engenho e suas famílias.

### **2.3 A igreja católica como empreendedora da territorialidade**

A presença indelével do catolicismo na gênese da colonização portuguesa está na formação e ocupação dos espaços rurais e urbanos brasileiros. Não se tratava, meramente, de uma forma de difusão cultural europeia, mas uma urgente necessidade do Reino de Portugal em consolidar a tomada das terras ora conquistadas, eliminar de todas

as formas a cultura dos povos originais, dizimá-los e alienar os sobreviventes através da catequese. Para tal, era empregada a massificação da impressão física da religião cristã: igrejas, capelas, ermidas e cruzeiros (ELIADE, 1996).

À luz do Padroado Régio, acordo em que a Igreja Romana concedia ao Reino Português a autorização para nomear clérigos e criar dioceses, e seguindo os paradigmas do Concílio de Trento (1545-1563), ambos voltados à profusão da fé cristã, se intensifica em Sergipe, bem como de resto, na colônia brasileira, a construção de templos católicos e a ampliação da catequização. Tais ideias são reverberadas no documento “Constituições primárias do Arcebispado da Bahia”, publicado em 1719. Nesse documento, denota-se a preocupação em destacar as igrejas na paisagem, de forma imponente e soberana: sempre nos pontos mais elevados da topografia local, em posição que não trouxesse elevada umidade interna, distante de lugares insalubres ou pecaminosos/ sórdidos, não poderiam ter vizinhança de casebres em raio próximo, a fim de evitar a perda do destaque, seja pela construção em si, seja pela exigência do caminho aberto e livre para as peregrinações e procissões (SOUSA, 2012).

Além dos grandes e reconhecidos esforços catequéticos das missões jesuítas e de das demais ordens religiosas, tais como os franciscanos e carmelitas, a expansão da fé católica na América portuguesa foi empreendida, em grande monta, pelos próprios fiéis fervorosos, ainda sob forte influência do pensar medieval, erguendo templos nos espaços privados e organizando irmandades. Essa propagação intensa da religião cristã era uma forma de provar a sua fé diante de um Mundo Novo que, à vista deles, era exótico e selvagem, gerando nos colonos a ideia de hostilidade e de enfrentamento (HOONAERT, 1991).

Ao proprietário de terras, produções e escravos, a presença de uma capela dentro dos seus domínios particulares, os engenhos e fazendas simbolizava poder sobre a região, e era praticamente uma obrigação para com a igreja de Cristo e suas famílias. A edificação do templo poderia ser anexa à Casa-Grande ou destacada em um ponto elevado da propriedade, revelando grande imponência (FREYRE, 2018). Desse modo, a Igreja Católica era parte integrante do ciclo econômico da cana-de-açúcar, que dominou o litoral do Nordeste brasileiro Colonial, entre os séculos XVI e XIX.

Construir capelas em engenhos também era uma forma de atrair homens livres aos domínios do latifundiário. Uma relação de vassalagem<sup>4</sup> de extrema importância, diante

---

<sup>4</sup> A vassalagem se caracterizava pelo pagamento de tributos ou pela seção de sua força de trabalho em troca de moradia e proteção nas terras do engenho.

da dificuldade em ocupar as terras de acordo com a obrigação contratual da doação de sesmarias, já que esses homens livres eram mão-de-obra para atividades laborais do engenho. Esses trabalhadores construíam, então, seus casebres nas terras do senhor de engenho, principalmente ao redor das capelas. O espaço sagrado dos templos católicos representava a salvação dos pecados e a certeza de proteção espiritual. Era muito comum, também, que os membros das famílias latifundiárias da época fossem sepultados dentro desses templos, com essa ideia de remissão e redenção. A manutenção de todo o patrimônio ligado à edificação religiosa, e seus bens mobiliários, era feita através do dízimo ofertado pelos membros das irmandades, criadas pelos leigos do lugar que viviam no entorno da construção (FREIRE, 1977).

Como marcas toponímicas, em um período da História brasileira em que Estado e Igreja estavam imbricados, temos uma gama de municípios brasileiros que herdaram, em seus nomes, as marcas da expansão Colonial Católica. Somente no Estado de Sergipe, o menor em extensão territorial do Brasil, são 22 municípios<sup>5</sup> que remetem ao catolicismo, em especial, aos santos e santas católicos. Como já dito, os leigos, ao se aglomerarem e formarem uma ocupação populacional, erguiam capelas em devoção ao santo da sua comunidade (Santo Antônio, São José, Nossa Senhora das Graças, Nossa Senhora das Dores, Imaculada Conceição, etc.).

É neste cenário que surgem os núcleos de povoamento que dão origem ao atual município de Itaporanga d'Ajuda. Como a demografia, a economia e o território de Itaporanga d'Ajuda na atualidade? Qual a importância estratégica da ocupação do baixo Vaza-Barris para a Coroa Portuguesa? Que ameaças à colonização lusitana precisavam ser desarticuladas para a implementação do modelo colonial latifundiário, escravista e agroexportador? Quais os desafios para ratificar a conquista territorial e povoá-lo? Qual o papel das missões jesuítas na disseminação do poder político e religioso europeu? Que modelo de economia se desenvolveu em solo itaporanguense até o século XIX e como tal modelo foi preponderante para demonstrar poder político e obter sua emancipação? Conhecer os fatos demográficos, econômicos, geográficos e históricos da gênese e sua evolução até o tempo presente é o que apresentaremos no próximo capítulo.

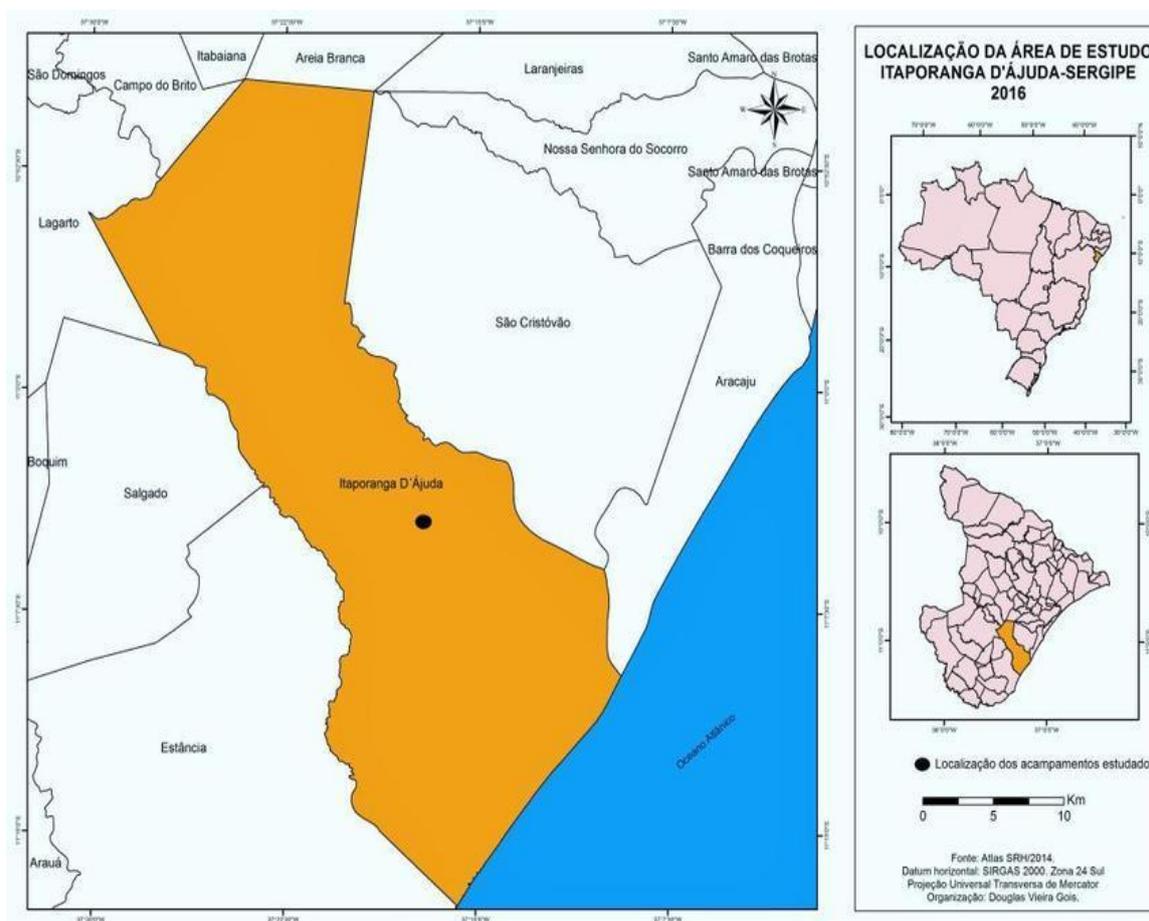
---

<sup>5</sup> Municípios sergipanos com toponímia devocional: Amparo do São Francisco, Canindé de São Francisco, Capela, Carmópolis, Cedro de São João, Divina Pastora, Frei Paulo, Itaporanga d'Ajuda, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora de Lourdes, Nossa Senhora do Socorro, Rosário do Catete, Santa Luzia do Itanhi, Santa Rosa de Lima, Santana do São Francisco, Santo Amaro das Brotas, São Cristóvão, São Domingos, São Francisco e São Miguel do Aleixo.

## CAPÍTULO 3

### O MUNICÍPIO DE ITAPORANGA D'AJUDA: SUA GEOGRAFIA E SUA HISTÓRIA

Mapa 1- Itaporanga d'Ajuda, localização



Fonte: Gois, 2016.

Do ponto de vista de sua localização, no Estado de Sergipe, o município de Itaporanga d'Ajuda está situado ao leste do Estado, e conta com uma área territorial de 757, 283 km<sup>2</sup>, a 7<sup>a</sup> maior do Estado, e uma disposição predominantemente longitudinal, que faz com que se situe entre o litoral e o agreste, atravessado pelos rios Vaza-Barris, Xinduba, Tejupeba, Poxim-Açu e Fundo. Dos mais de 35 mil habitantes, segundo as estimativas de população do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2019, quase 20 mil habitantes residem em zona rural ou aglomerados rurais-urbanos. Limita-se com os municípios de Estância ao Sul; Salgado, Lagarto e Campo do Brito, a

Oeste; Itabaiana, Areia Branca e Laranjeiras, ao Norte; São Cristóvão, Aracaju, capital do Estado de Sergipe, e com o Oceano Atlântico, ao Leste, na chamada Região Geográfica Imediata de Aracaju, segundo critérios do IBGE. Embora não faça parte, oficialmente, da chamada Região Metropolitana de Aracaju (RMA), insere-se num arranjo populacional com a capital sergipana devido à intensa pendularidade de seus munícipes, para fins de trabalho, estudo, consumo de mercadorias e serviços.

**Figura 3-** Itaporanga d'Ajuda, panorâmica da área urbana



Fonte: Afrânio Evaristo, 2015.

O município de Itaporanga d'Ajuda coligou-se fisicamente à capital sergipana, em 2010, com a inauguração da Ponte Joel Silveira, nas proximidades da foz do rio Vaza-Barris. A expressiva extensão territorial gera algumas tênues diferenciações no modo de exploração econômica dos espaços, o que permite uma divisão regional inframunicipal, dadas as distâncias, por vezes, superiores a 50 km, até a sede.

Para exemplificar a necessidade de estabelecer critérios de regionalização dentro do município, temos áreas voltadas para a pesca, maricultura, carcinicultura e atividade turística, como os povoados litorâneos; áreas com expressiva atividade minifundiária de cultivo de frutos tropicais e mandioca, a exemplo dos povoados no limite com municípios do agreste sergipano; outras áreas dedicadas à citricultura e pecuária bovina, nos limites com municípios do centro-sul sergipano; um conjunto de povoados com intensa atividade avicultora, nos limites com o município de São Cristóvão.

**Quadro 1- Itaporanga d'Ajuda, zoneamento urbano**

<b>Itaporanga d'Ajuda – Sede municipal</b>
Alto do Coelho, Bica, Centro, COHAB/Mutirão, Conjunto Antônio Carlos Valadares, Conjunto Major Marcolino, Conjunto Santo Antônio (Morro), Loteamento Santa Terezinha, Residencial Itaporanga, Residencial José Jessé F. Neto, Residencial José Sobral Garcez, Residencial Pérola.

Organização: Douglas Leoni Rodrigues Melo da Silva, 2022.

**Quadro 2- Itaporanga d'Ajuda, zoneamento rural**

<b>Itaporanga d'Ajuda – Aglomerados Rurais-Urbanos e distância em km da sede municipal</b>
<b>Regional Litorânea</b>
Assentamento Luiza Mahir (33 km), Assentamento Nova Conquista (34 km), Assentamento Bom Jesus(34 km), Cauceira (36 km), Curralinho (30 km), Lagoa Redonda (35 km), Moita Verde (36 km), Pariporé (46 km), Piçarreira (24 km), Rio Fundo do Abais II (51 km).
<b>Regional Nova Descoberta</b>
Água Boa (19 km), Assentamento Darcy Ribeiro (25 km), Assentamento Dom Helder (15 km), Assentamento Dorcelina Folador (21 km), Assentamento Mangabeira (22 km), Assentamento Padre Josino (19 km), Cai Duro (19 km), Caibros (18 km), Colônia Tejupeba (25 km), Costa do Pau d'Arco (22km), Ilha Mem de Sá (18 km), Nova Descoberta (10 km), Paruí (26 km), Tejupeba II (08 km), Várzea Grande (19 km).
<b>Regional BR-101</b>
Araticum (05 km), Assentamento Sonho de Rose (02 km), Duro I (08 km), Duro II (08 km), Loteamento José Augusto (07 km), Minante (08 km), Taboca (11 km).
<b>Regional Rio Fundo</b>
Rio Fundo do Arame (20 km), Rio Fundo da Cachoeira (21 km), Rio Fundo do Félix (12 km), Rio Fundo do Ponto (20 km), Rio Fundo do São José (17 km).
<b>Regional Salvador</b>
Água Bonita (02 km), Assentamento Vitória da Conquista (07 km), Camaçari Mirim (08 km), Campos (10km), Nó Cego (04 km), Salvador (07 km), Salvadorzinho (06 km), Várzea Verde (11 km), Xindubinha I (06 km), Xindubinha II (09 km).
<b>Regional Sapé</b>
Alto da Bela Vista (21 km), Chã (20 km), Colônia Riachinho (12 km), Colônia Sapé (15 km), Estancinha (25 km), Gravata (23 km), Língua de Vaca (11 km), Moita Formosa (19 km), Morena (12 km), Saco (29 km), Sapé (13 km), Tapera (17 km), Telha (19 km), Tinga (20 km).
<b>Regional Ipanema</b>
Assentamento Curimã (37 km), Assentamento 08 de Março (39 km), Cajueiro (28 km), Caroba (48 km), Ipanema (23 km), Ladeira (43 km), Mata do Ipanema (26 km), Serra do Ipanema (21 km), Serrinha Cajueiro (50 km).

Organização: Douglas Leoni Rodrigues Melo da Silva, 2022.



Aracaju, e com o litoral sul sergipano, no sentido Salvador-BA. No fim dos anos 1990, foi desmanchado o Morro São Benedito, e em seu lugar foi construído o Forródrômo Municipal, espaço multiuso destinado, principalmente, para a apresentação de shows no período das festas juninas. Observa-se, nos últimos anos, o aumento da migração pendular com Aracaju e alguns outros municípios, como Estância e Lagarto, bem como o surgimento de loteamentos residenciais na área urbana, e em alguns aglomerados rurais-urbanos como, por exemplo, Nova Descoberta e Sapé.

**Figura 4-** Itaporanga d'Ajuda, Praça Sílvio Garcez



Fonte: Registro do pesquisador, 2022.

Na área central de Itaporanga d'Ajuda, temos como logradouros de valor histórico, a praça Sílvio Garcez, os casarões da Rua Manoel Sobral, a Praça Getúlio Vargas, onde estão a sede da Prefeitura Municipal, o talho de carne, o Mercado e a Igreja Matriz de Nossa Senhora d'Ajuda.

**Figura 5-** Itaporanga d'Ajuda, Centro histórico no início do século XX



Fonte: Acervo de Rosa Faria, Memorial de Sergipe, UNIT, Aracaju - SE.

**Figura 6-** Itaporanga d'Ajuda, Estação Ferroviária



Fonte: Floriano Fonseca, 2016.

Na parte alta do município, está a Estação Ferroviária, construída no início do século XX, e que fazia parte do ramal da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA), integrando o município de Itaporanga d'Ajuda às mais importantes cidades dos primeiros 50 anos do século XX, como Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. Desativada para o transporte de passageiros, na década de 1970, foi reativada por curto período, entre 1994 e 1995, como parada do trem turístico, que ligava a Aracaju via São

Cristóvão. Fora isso, a malha férrea itaporanguense serviu até 2013 como passagem de cargas de produtos químicos da companhia Vale do Rio Doce e da Nitrofértil, subsidiária da Petrobras, situadas no Vale do Cotinguiba. Atualmente, a estação ferroviária de Itaporanga d'Ajuda está arrendada a particulares, servindo como lava-a-jato de veículos automotivos; abandonada, a via férrea está gradativamente sendo ocupada de maneira desordenada, desde a década de 2010.

**Figura 7-** Itaporanga d'Ajuda, Brasão



Fonte: Prefeitura Municipal de Itaporanga d'Ajuda, 2022.

Sobre a heráldica do município, o seu brasão possui fundo azul e amarelo, figuras que remetem à economia agrícola de Itaporanga d'Ajuda, uma coroa na parte superior e uma faixa com inscrição do nome do município. A coroa e a faixa estão nas cores amarela e vermelha. A cruz simboliza a devoção cristã.

**Figura 8-** Itaporanga d'Ajuda, Bandeira



Fonte: Prefeitura Municipal de Itaporanga d'Ajuda, 2022.

A bandeira tem, na lateral esquerda, um triângulo de fundo branco onde está inserido o brasão do município de Itaporanga d'Ajuda. No restante da bandeira, temos listras horizontais dispostas da seguinte forma: duas listras mais grossas em verde, nos limites superiores e inferiores, e ao centro, duas listras amarelas mais finas, separadas por listra central em azul.

Não se tem oficialmente o significado dos elementos presentes nos símbolos oficiais do município de Itaporanga d’Ajuda. Sabe-se, informalmente, que ambos foram desenhados e implementados por Arnaldo Rollemberg Garcez, em sua última passagem como Prefeito de Itaporanga d’Ajuda, na década de 1980.

**Quadro 03** - Hino do Município de Itaporanga d’Ajuda

*Itaporanga, cidade ordeira/ Encantadora, saudável e humana/ Neste Brasil, és pequena estação/ Mas muito grande no meu coração/ Terra de “Ordem e Progresso”/ Cidade de tradição/ Tudo em ti me fascina/ Terras, planícies e mar/ Itaporanga, vou sempre te amar/ Às margens do Vaza-Barris/ Berço da História sergipana/ Cidade das praias mais lindas/ Itaporanga, teu povo te ufana/ Estrela brilhante do Sul/ És forte em todos os planos/ Ergue e orgulha Sergipe/ Itaporanga, tu és o meu sonho.*

Letra: Ronaldo de Oliveira Santos.

Música: Francisco Lopes

Fonte: Prefeitura Municipal de Itaporanga d’Ajuda, 2022.

O hino de Itaporanga foi composto em 2020 e apresenta elementos da natureza, da localização geográfica, da sua gente e da sua história.

Quando da chegada da colonização portuguesa no território sergipano, às margens do baixo Vaza-Barris, no final da segunda metade do século XVI, este era habitado por povos originais Tupinambá, liderados pelo Cacique Surubi, que apresentava forte resistência às incursões europeias para ocupação e exploração do solo (FREIRE, 1977).

Conforme Dantas (*Et al.*, 2013) e FREIRE (1977), em 1575 foi fundada uma missão jesuíta liderada por Padre Gaspar Lourenço, e o Irmão João Salônio, na margem direita do Vaza-Barris, após cumprirem a primeira missão catequista no rio Piauí, no sul sergipano, empreendendo uma nova missão, erguendo a Igreja de Santo Inácio. Segundo os referidos autores, não há uma certeza do local onde fora erguida essa capela, sendo, o local mais apontado onde está situado atualmente, o centro histórico do município de Itaporanga d’Ajuda. A partir de 1590, territorialmente pertencente à vila de São Cristóvão, foram doadas sesmarias na atual área territorial do município de Itaporanga d’Ajuda para acelerar a ocupação Colonial, mas o desinteresse persistiu, diante dos contínuos conflitos entre povos Tupinambá e militares da Coroa portuguesa.

Os primeiros registros em que colonos pleitearam terras devolutas no Baixo-Vaza-Barris datam da passagem do século XVI para o XVII. A primeira carta endereçada ao Governador Geral da Bahia é um pedido do Capitão Manoel de Miranda Barboza, em 11

de novembro de 1600, que participou do processo de expulsão dos povos indígenas da região, nas campanhas militares de Cristóvão de Barros. A segunda é de Nuno do Amaral, de 15 de julho de 1601. Ambas não foram atendidas, mesmo com as justificativas da ausência de ocupação do território (SIQUEIRA, 2007).

Apenas em 1602 começa o processo de doação de cartas de sesmarias. Os primeiros agraciados foram Francisco Borges e Gaspar Demorim, em 25 de abril de 1602. Em 7 de agosto do mesmo ano, foram contemplados com lotes, Francisco Rodrigues, Gaspar Fontes e Sebastião da Silva. Todos os novos sesmeiros optaram pela pecuária bovina e cultivos de gêneros alimentícios. Essas ocupações permitiram, também, de maneira estratégica, situar o Reino de Portugal sobre a localização da aldeia Tupinambá, liderada pelo Cacique Surubi (FREIRE, 1977).

Essa era, inclusive, uma grande preocupação. Os colonos sentiam-se inseguros em conviver próximos às aldeias. Os recursos de que dispunham para empreender a produção eram poucos e não davam o retorno esperado. O hiato territorial entre os sesmeiros era grande, dificultando a formação de espaços aglomerados. A relação dos índios com os corsários franceses era outra preocupação de Lisboa, diante do risco de perder a contiguidade territorial entre a Bahia e Pernambuco.

Com a expulsão definitiva dos holandeses, na metade do século XVII, a Coroa portuguesa enxergava, no vale do rio Vaza-Barris, um lugar importante, do ponto de vista econômico, dada a fertilidade das terras que o circundavam, a facilidade para escoar a produção açucareira por seu largo canal até o oceano Atlântico e sua funcionalidade militar, por uma questão de defesa do território ante incursões inimigas. Somente em meados do século XVIII, Francisco de Sá Souto Maior e seus comandados venceram a resistência dos Tupinambá, afastando-os para a formação de um novo aldeamento, denominado Água Azeda, nas proximidades do atual município de São Cristóvão. Com a resistência indígena desarticulada, surgiu o Engenho Itaporanga e o Encapelado de Nossa Senhora d'Ajuda, onde destacavam-se as produções de cana-de-açúcar e mandioca. Construiu-se, também, no final do século XVIII, o porto de Itaporanga para escoamento da produção (FREIRE, 1977). É nesse contexto que o povoamento de Itaporanga se consolida e se intensifica.

O Baixo Vaza-Barris era, no século XIX, um dos principais produtores de açúcar (FREIRE, 1977). Ao menos 11 engenhos estavam às suas margens dos lados sancristovense e itaporanguense: Belém, Camaçari, Colégio, Cumbe de Baixo, Dira, Escurial, Itaporanga, Itaperoá, Piabussú, Quindongá e Roma. Símbolo do poder

econômico e político da província de Sergipe d'El Rey, figuras proeminentes detentoras de terras e escravos dessa região participavam decisivamente dos acontecimentos de então: Domingos Dias Coelho e Melo, o Barão de Itaporanga, Antônio Dias Coelho e Melo, o Barão de Estância, Felisberto de Oliveira Freire, Barão de Laranjeiras, Comendador Sebastião Gaspar de Almeida Boto, os clãs Garcez, Rollemberg e Sobral, dentre outros nobres da oligarquia agrária sergipana da época.

Esse impulso econômico e político levou Itaporanga, seu primeiro topônimo, à elevação como Freguesia, em 30 de janeiro de 1845, conforme a Lei nº135 e, à Vila, em 10 de maio de 1854, de acordo com a Lei nº 387, desmembrando-se de São Cristóvão, à época, capital da Província de Sergipe (FREIRE, 1995). Eleva-se à condição de Município em 1938, por força da Lei nº 69. Em 1944, através do Decreto-Lei nº 533, tem seu nome alterado pra Irapiranga devido à legislação federal que impedia duplicidade de nomes de municípios e, em 1949, adota a denominação atual de Itaporanga d'Ajuda, amparada pela Lei nº123, de 1 de janeiro de 1949.

Após a transferência da capital de Sergipe, de São Cristóvão para Aracaju, em 1855, e do desenvolvimento do município de Estância ao longo dos séculos XIX e XX, cidades respectivamente situadas nos limites norte e sul, Itaporanga d'Ajuda passa por um processo de estagnação econômica. Os Engenhos de açúcar foram, aos poucos, desaparecendo ante à desvalorização da exportação, no início do século XX. O advento da ferrovia pertencente à antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA), ao “cortar” a cidade, não trouxe os avanços esperados no tráfego de mercadorias e pessoas. Do mesmo modo, a pavimentação da BR-101, que margeia a cidade e estabelece importante rota de comunicação com o país, figurou, pelo menos nos últimos 30 anos do século XX, apenas como mero ponto de parada de viajantes e de profissionais do volante. A estagnação econômica, em menos de 100 anos, pôs o município numa posição coadjuvante, no cenário econômico e urbano do Estado de Sergipe, situação bem distinta do auge da produção canavieira nos séculos XVIII e XIX, onde as terras férteis do vale do Vaza-Barris fizeram a fortuna e a proeminência político-social da elite agrária.

É neste pequeno município, em população absoluta, mas de grande área territorial, e de grande potencialidade econômica ainda por explorar, que estão elementos construídos de um passado histórico de primazia e desenvolvimento. O conjunto arquitetônico histórico do município de Itaporanga d'Ajuda não guarda em quantidade e preservação, na mesma ordem de municípios circunvizinhos, como São Cristóvão e Estância, mas, ainda assim, são importantes fontes testemunhais das transformações de

ordem espaço-temporal, às quais o município perpassou, denotando uma grande necessidade de esforço das autoridades, nos três níveis de governo e de legislaturas, de inventariar e garantir o tombamento deste patrimônio histórico, presenteando as futuras gerações.

Particularmente, contemplando um dos propósitos dessa investigação, as igrejas e sua participação histórica na produção do espaço geográfico itaporanguense é o que serão apresentadas no próximo capítulo.

## CAPÍTULO 4

### CARACTERIZAÇÃO DOS TEMPLOS CATÓLICOS HISTÓRICOS DE ITAPORANGA D'AJUDA

Diante do crescimento do interesse pela preservação do patrimônio material e local, no Brasil e no mundo, decidimos estudar a fundação e representatividade dos templos católicos do município de Itaporanga d'Ajuda, que remontam ao Período Colonial português, e ao Imperial brasileiro, numa perspectiva de ensino de História local. Eles são elementos testemunhais incontestes para o entendimento da sociedade brasileira e sergipana desses períodos. Períodos esses de intensa expropriação do território dos povos indígenas, da escravização em massa de indígenas e africanos para o trabalho na empresa agrícola litorânea, no qual a Igreja Católica participa do processo cultural de catequização, impondo o idioma português, a religião católica apostólica romana, ditando regras de comportamento dentro do que ela entendia como elementos morais e sociais. Esse processo de aculturação coadunava-se com o avanço do Império lusitano na colônia brasileira, em busca de seus objetivos mercantilistas e, assim, a Igreja Católica foi um dos principais pilares da sociedade escravagista-agroexportadora brasileira, entre os séculos XVI e XIX.

Em Itaporanga d'Ajuda, são remanescentes desse período, a Igreja Matriz de Nossa Senhora d'Ajuda, a Igreja Jesuíta da Fazenda Colégio Tejupeba e as capelas das fazendas, Camaçari e Dira, todas elas situadas no vale do rio Vaza-Barris, detentor de uma das mais importantes bacias hidrográficas de Sergipe, cercado de um solo de elevada fertilidade, propício ao empreendimento Colonial agrário do Brasil e de Sergipe, entre os séculos XVII e XIX.

Passado o ciclo açucareiro, no final do século XIX, as igrejas e capelas fundadas no território itaporanguense vão tomando rumos distintos. Uma permanece com sua função eclesial ativa, a Matriz de Nossa Senhora d'Ajuda, situada no *urbana cor*. As demais, situadas em espaços privados, já não exercem a atividade primária da igreja, tendo servido para atividades de cunho turístico, pesquisa científica, lazer, ensaios fotográficos, festas particulares, casamentos e batizados. Sendo tombadas por leis e decretos Federais e Estaduais, apresentam níveis de conservação e preservação distintos, a depender da administração dos proprietários das terras onde se encontram.

Sabendo que muitos estudantes da Rede Municipal de Itaporanga d'Ajuda residem próximos a essas edificações, é mister oferecer a elas e eles uma interpretação que vá

além do visível, compreendendo essas construções e suas características como partícipes de um momento da história que está nos currículos escolares, mas, que, muitas vezes, tem apenas exemplos de outras localidades, como os estados de Pernambuco, Bahia e Alagoas. Que se possa entender, também, a necessidade de valorizar a preservação desses espaços, incluindo a possibilidade de socialização deles, já que são bens culturais e de valor histórico, construindo, deste modo, um exercício de cidadania e conhecimento sobre a história local e patrimonial.

Doravante, faremos as apresentações dos templos estudados nesta investigação.

#### 4.1 Igreja Matriz de Nossa Senhora d'Ajuda

A Igreja Matriz de Nossa Senhora d'Ajuda localiza-se no Centro Histórico do município de Itaporanga d'Ajuda. Segundo o historiador Sebrão Sobrinho (1955) e o jornalista Orlando Dantas (1980), o local onde se situa a igreja pertencia ao Engenho Itaporanga, pertencente, inicialmente, à família Sá Souto Maior e, posteriormente, à família Dias Coelho e Mello. De acordo com o historiador Luís Siqueira (2007), a igreja foi erguida a partir do primeiro quarto do século XIX, em substituição à capela do século XVIII, e só é concluída por volta de 1930, sendo de estilo arquitetônico eclético, com fachada românica, nave barroca e abóbada bizantina.

**Figura 9-** Igreja Matriz de Nossa Senhora d'Ajuda, frontispício



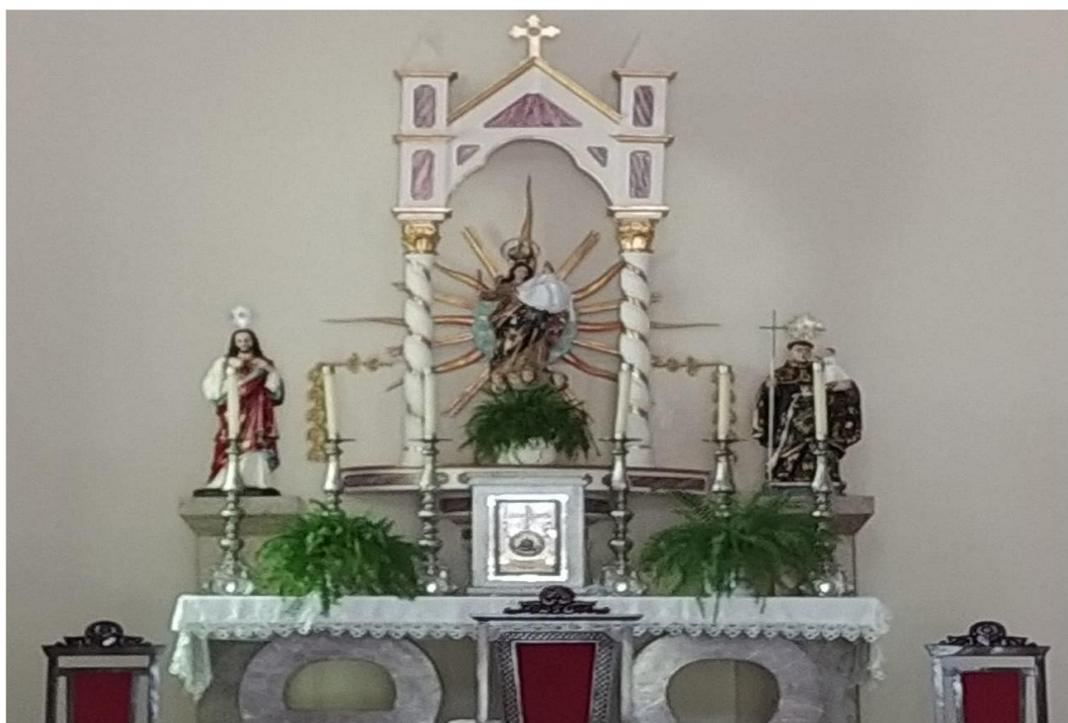
Fonte: Registro do pesquisador, 2022.

A devoção à Nossa Senhora d'Ajuda vem da irmandade mariana, que formava o encapelado de mesmo nome da santa, composto pelo baronato itaporanguense, e demais pessoas do encapelado que residiam em casarões, na rua da matriz, em torno de 600 braças, equivalente a, aproximadamente, 1 quilômetro. É o poderio político e econômico dessa irmandade que fará com que as demais irmandades de pobres, pretos e pardos sejam preteridas, quanto à escolha da santa devocional. As festividades, inicialmente feitas por particulares, tiveram como primeiro registro conhecido, em 02 de fevereiro de 1820, conforme documento constante no Arquivo do Judiciário de Sergipe (SIQUEIRA, 2007).

Duas fontes documentais são muito importantes para compreender a construção da atual Igreja Matriz de Nossa Senhora d'Ajuda e, por conseguinte, a própria gênese da urbe municipal: o “Encapelado de Nossa Senhora d'Ajuda” e a “Justificação Civil de Barnabé Souto Maior” (SIQUEIRA, 2007).

O “Encapelado de Nossa Senhora d'Ajuda” data de 1798. Seu conteúdo revela detalhes do conjunto arquitetônico e dos elementos contidos no interior do templo (mobiliários, instrumentos, imagens de santos). Revela também o povoamento existente ao redor da igreja, fato que remete ao primeiro aglomerado demográfico urbano de Itaporanga d'Ajuda. As contribuições ofertadas pelos fiéis também são mencionadas (SIQUEIRA, 2007).

**Figura 10-** Igreja Matriz de Nossa Senhora d'Ajuda, altar-mor



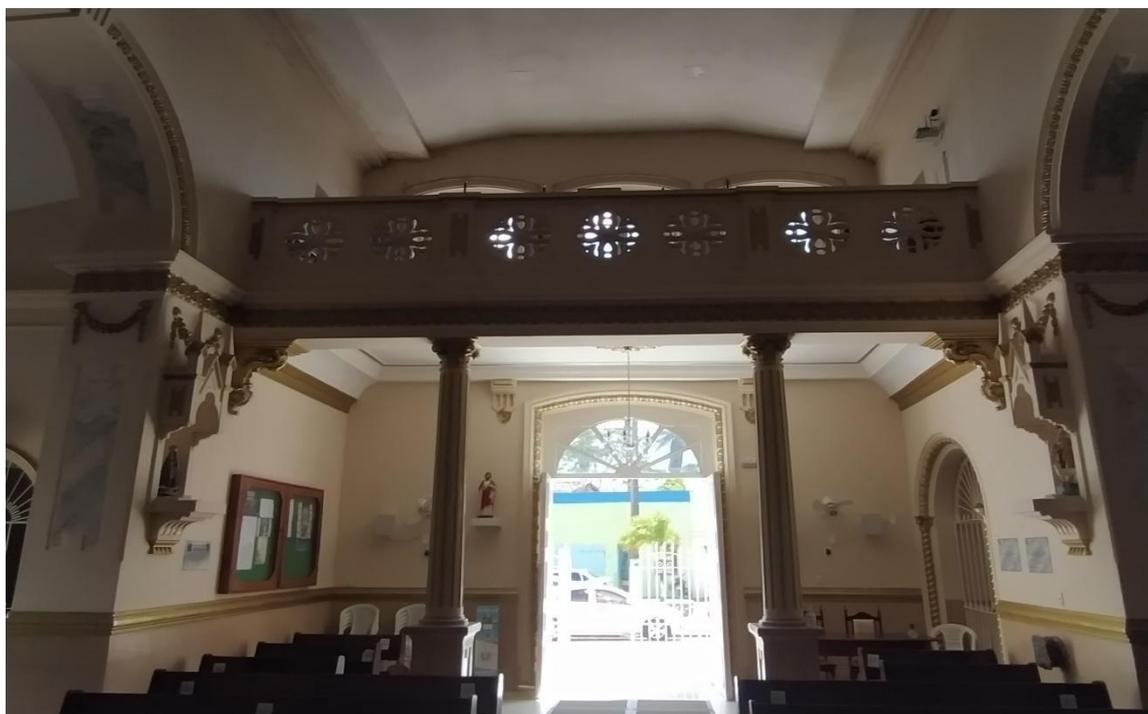
Fonte: Registro do pesquisador, 2022.

Uma contenda sobre a primazia da primeira capela surge no fim do século XVIII. Um dos proprietários do Engenho Itaporanga, em 1792, Temóteo Fagundes Sá Souto Maior, arrenda as terras ao Padre Bernadino Pinto da Silveira, que terceiriza o arrendamento ao Sargento-mor Domingos Dias Coelho e Mello. Por sua vez, Pedro da Rocha, também membro dos Sá Souto Maior, já arrendara, 6 anos antes, parte do terreno ao Sargento-mor. Este, então, pagava a quantia de 450 mil réis ao ano, divididos entre o padre Bernadino e Pedro Rocha (SIQUEIRA, 2007).

Após algum tempo, o padre Bernadino Silveira desfaz o trato com o Sargento-mor Domingos Dias Coelho e Mello, e retorna a pagar aluguel a Temóteo Fagundes Sá Souto Maior. Nesse ínterim, falece Pedro Rocha. Temóteo herda as terras do Engenho Itaporanga e, agora, o trato de arrendamento se dá entre ele e o Sargento-mor, o que não envolvia, porém, a capela de Nossa Senhora d'Ajuda (SIQUEIRA, 2007).

Em 1796, Temóteo Fagundes Sá Souto Maior falece, deixando esposa e dois filhos menores. Estes não podiam administrar a capela e seus bens, por tais condições de não terem maioridade, ameaçando, assim, a permanência da devoção de Nossa Senhora d'Ajuda no Engenho Itaporanga. Após 2 anos, o Poder Judiciário, sediado em São Cristóvão, decide que o administrador do Encapelado de Nossa Senhora d'Ajuda passa a ser o Sargento-mor Domingos Dias Coelho e Mello (SIQUEIRA, 2007).

**Figura 11-** Igreja Matriz de Nossa Senhora d'Ajuda, vista da entrada e do coreto.



Fonte: Registro do pesquisador, 2022.

Abertamente, vê-se uma questão política nessa disputa pela posse do encapelado. Sai de cena a primazia da família Sá Souto Maior, na gênese da ocupação do povoamento de Itaporanga, e cresce o domínio econômico e político da família Dias Coelho e Mello, que expandia, agora em Itaporanga, o domínio de terras, tal como já tinha feito mais ao sul de Sergipe d'El Rey, em Santa Luzia do Itanhy e Estância.

Em 1806, Barnabé de Sá Souto Maior, filho de Temóteo Fagundes Sá Souto Maior, tendo atingido a maioridade civil, entra com ação na justiça, em São Cristóvão, contestando a posse dativa do Sargento-mor Domingos Dias Coelho e Mello, alegando ilegitimidade. Essa ação, contudo, fica hibernada por longos 15 anos, retomada por Barnabé, somente em 1821. Talvez pela força política da família Dias Coelho e Mello, a justificação civil de Barnabé de Sá Souto Maior não lograra êxito. Em rebato, o filho do Sargento-mor Domingos Dias Coelho e Mello, de mesmo nome e com o título de Barão de Itaporanga, figura muito importante da política sergipana do século XIX, membro da primeira junta governativa de Sergipe (1822-1824), alegou em sua defesa que a guarda da capela fora passada à sua família por decisão judicial. Afirmou, também, que benfeitorias foram feitas na capela ao longo dos anos, e que ela estava em estado deplorável quando de posse dos Sá Souto Maior. Acrescentou que o trabalho filantrópico, que era feito por seu pai, teve continuidade por meio dele. Arroladas testemunhas, em 1822, a justiça manteve a posse da capela aos Dias Coelho e Mello. Estes a administraram até 1840, quando foi passada, via termo assinado, para a “Irmandade de Nossa Senhora d'Ajuda”, tornando-a de interesse público e irrestrito (SIQUEIRA, 2007).

**Figura 12-** Início da procissão de Nossa Senhora d'Ajuda (02/02/2023)



Fonte: Registro do pesquisador, 2022.

Atualmente, a Paróquia de Nossa Senhora d’Ajuda está na região eclesiástica da Arquidiocese de Aracaju. Além da Igreja Matriz, também fazem parte da Paróquia, as capelas de Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora de Fátima, Santo Antônio e São Miguel Arcanjo, todas na zona urbana do município itaporanguense. O principal evento realizado pela Paróquia é a bicentenária novena, em celebração à padroeira Nossa Senhora d’Ajuda, culminando numa procissão, no dia 02 de fevereiro, pelas principais ruas da cidade.

**Figura 13-** Procissão de Nossa Senhora d’Ajuda, cortejo (02/02/2023)



Fonte: Registro do pesquisador, 2022.

Nessa celebração, o padre, membros da comunidade paroquial, irmandades e fiéis em geral seguem em cortejo acompanhando a santa devocional. Carros de som e mini-trios elétricos, com bandas católicas, entoam cânticos durante todo o trajeto. É comum notar a presença de autoridades políticas municipais e estaduais durante a procissão. Durante o restante do ano, a Igreja Matriz realiza os eventos anuais do catolicismo, a exemplo de batismos, casamentos, missas e celebrações especiais da tradição da Igreja de Roma: ritos do período quaresmal (Quarta-Feira de Cinzas, Domingo de Ramos, Domingo de Páscoa); dia de Nossa Senhora da Aparecida, padroeira do Brasil, em 12 de outubro; Dia de Finados, em 02 de novembro; e Missa do Galo, na véspera natalina. Assim, concluímos que a Igreja Matriz de Nossa Senhora d’Ajuda segue em plena atividade, atualmente.

#### 4.2 Igreja Nossa Senhora da Graça (Igreja Jesuíta do Colégio Tejupeba)

A igreja Nossa Senhora da Graça, mais conhecida como Igreja Jesuíta do Colégio Tejupeba, é a mais antiga das edificações aqui estudadas, datada do início do século XVII. Está localizada na Fazenda Iolanda, no povoado Nova Descoberta, às margens da Rodovia SE-270, ou Rodovia Humberto Mandarino, que liga a BR-101 à Praia da Caueira.

Segundo Freire (1977), jesuítas alocados em Salvador solicitaram, junto ao governo da Capitania Geral da Bahia de Todos os Santos, a posse de terras nas proximidades do rio Tejupeba, afluente do rio Vaza-Barris, em 1601, local onde seria erguido o Colégio Jesuíta, a Igreja e a residência dos padres (ALVES, 2009).

**Figura 14-** Igreja Jesuíta do Colégio Tejupeba, frontispício e fachada lateral esquerda.



Fonte: Registro do pesquisador, 2022.

Não há documentos que possam cravar a data exata da sua construção e fundação. Sabe-se que nesse local também funcionou um estaleiro da Companhia de Jesus, às

margens do Vaza-Barris, além de ter se desenvolvido expressiva atividade pecuária bovina por parte dos missionários jesuítas (LEITE, 1945).

Após a expropriação da fazenda, pelo Rei de Portugal, Dom José I (1714-1777), e a expulsão dos jesuítas, desdobramentos das questões políticas entre o Reino português e a Companhia de Jesus (VOGEL, 2017), em 1764, a posse da fazenda passou para o Coronel Domingos Dias Coelho, sendo herdada pelo Sargento-mor Domingos Dias Coelho e Mello; depois, pelo Brigadeiro Domingos Dias Coelho e Mello (Barão de Itaporanga); e, posteriormente, por seu filho, Antônio Dias Coelho (Barão de Estância). Este e sua esposa estão enterrados dentro da igreja, bem como a genitora de Antônio, Michaela Coelho Dantas e Mello, além de outros membros do baronato açucareiro-escravista local. Livros paroquiais do século XIX atestam grande movimento na igreja em torno de celebrações de batismos, casamentos e registro de óbitos de todos que vivam em seu entorno, fossem eles fazendeiros, homens livres ou escravos.

Na década de 1920, o imigrante italiano Nicola Mandarino adquiriu a fazenda Colégio e rebatizou com o nome de Iolanda, uma de suas filhas. Em 23 de março de 1943, o conjunto arquitetônico da casa e da igreja foram tombados pelo IPHAN, sob o número de processo 0289-T41, inscrito no livro histórico sob o número 213, volume 01, folha 36.

**Figura 15-** Igreja Jesuíta do Colégio Tejupeba, altar-mor



Fonte: Registro do pesquisador, 2022.

A Igreja passou, desde então, por três restaurações, que incluíram retelhamentos e pinturas, em 1953, 1990 e 2004, sendo que esta última reforma se deu no telhado da igreja, que havia desabado após as fortes chuvas que atingiram Itaporanga d’Ajuda, em março daquele ano (ALVES, 2009). Na parte superior do pórtico principal, há inscrição do ano de 1810, o que pode indicar alguma reforma feita à época. Internamente, não há mais qualquer imagem de santos ou adornos compondo a paisagem.

Os proprietários da Fazenda Iolanda permitem a visita livremente. Há um funcionário da fazenda responsável por recepcionar e abrir a igreja para a visitação. De fato, fotógrafos amadores ou profissionais, pesquisadores, professores e estudantes, do nível fundamental ao superior, e o público em geral, visitam o conjunto arquitetônico do antigo Colégio Tejupeba para a realização de pesquisas, aulas práticas e registro de imagens. Tem-se aqui, portanto, novas funções da edificação, na contemporaneidade: a de atender a fins artísticos, científicos, educacionais e de lazer.

**Figura 16** - Igreja Jesuíta do Colégio Tejupeba, vista da entrada e do coreto



Fonte: Registro do pesquisador, 2022.

### 4.3 Capela Nossa Senhora do Rosário

A capela Nossa Senhora do Rosário localiza-se na Fazenda Camaçari, atualmente dedicada à pecuária bovina de corte, entre os povoados Campos e Camaçari-Mirim, município de Itaporanga d'Ajuda-SE. A sede da fazenda e a capela foram tombadas pelo patrimônio arquitetônico, artístico, cultural e histórico estadual através do Decreto Estadual nº 30.280, de 23 de julho de 2016, folha 57 do Livro do Tombo Geral. Parte das terras da fazenda foram desapropriadas pelo INCRA e entregues a trabalhadores rurais do Assentamento Vitória da Conquista, também em 2016.

A primeira documentação alusiva ao Engenho Camaçari data de 21 de março de 1737, feita pelos irmãos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia e seu provedor, Jozeph de Barros Araújo (DA SILVA *et al.*, 2000). Trata-se de uma escritura de compra e venda com as demais partes ilegíveis. Em 06 de abril de 1752, foi feita uma escritura de posse da capela e um depósito pelo Capitão-Mor Simão Martins da Silva e sua mulher, Florênsia de Andrade. Nesse documento, constam outros padroeiros de devoção, Santo Antônio e São Gonçalo, sendo desconhecido o momento em que a padroeira passa a ser Nossa Senhora do Rosário. Em 1807, consta um documento em que o proprietário do Engenho Camaçari é José Ribeiro Losano.

**Figura 17-** Capela Nossa Senhora do Rosário, frontispício.



Fonte: Registro do pesquisador, 2022.

Após 1855, tem-se conhecimento de um outro documento onde consta a posse da propriedade ao senhor Domingos Dias Coelho e Melo, o Barão de Itaporanga. Em 1873, as terras são herdadas ao filho, Antônio Dias Coelho, engenheiro condecorado com o título de Barão de Estância, também senhor de vastas áreas de terras, em São Cristóvão, Itaporanga d'Ajuda e Estância. Em 1891, a fazenda é vendida a João Augusto de Freitas Garcez e herdada por Arnaldo Rollemberg Garcez, ex-governador de Sergipe (1951-1955), ex-deputado federal (1958-1966) e ex-prefeito de Itaporanga d'Ajuda (1983-1987) e 1993-1996).

A capela fica defronte ao rio Vaza-Barris. Ao longo do tempo, passou por alterações em sua estrutura, como assentamento de piso e construção de laje na parte superior. Segundo o atual proprietário, Daniel Garcez, a capela passou por uma reforma em 1929, após um incêndio acidental causado por uma vela. Foi feita uma reforma em 2016, logo após o tombamento estadual. Em visita realizada em setembro de 2022, vimos que seu altar-mor está bem preservado, com destaque para a imagem de Nossa Senhora do Rosário. Na sacristia, há uma imagem de Senhor dos Passos.

**Figura 18-** Capela Nossa Senhora do Rosário, altar-mor



Fonte: Registro do pesquisador, 2022.

Daniel Garcez nos relatou, como memórias da capela, as festividades religiosas em devoção à Nossa Senhora do Rosário, no mês de outubro, organizada por seus familiares. Relembra também celebrações de casamentos, batizados e missas de cunho privado da família Garcez, recebendo pessoas da política local e estadual, devido ao destaque de seu avô, Arnaldo Rollemberg Garcez, que foi governador de Sergipe, de 1951 a 1955, deputado federal de 1958 a 1970, e prefeito de Itaporanga d’Ajuda, de 1983 a 1988 e de 1993 a 1996. Segundo Daniel Garcez, esporadicamente, a capela é aberta atualmente para cerimônias religiosas, principalmente no dia 07 de outubro, dia de consagração à sua padroeira.

Um fato que chama a atenção é o posicionamento da fachada principal da edificação, defronte ao rio Vaza-Barris. Embora não se tenha encontrado fontes concretas, possivelmente, as margens do rio eram próximas à capela Nossa Senhora do Rosário, pois, no período áureo da cana-de-açúcar nas localidades de Itaporanga d’Ajuda, o rio Vaza-Barris era uma importante via de locomoção, não apenas da produção açucareira, mas também de pessoas, através de embarcações. Autores como Telles (2013, pp. 33-34) fazem menção ao grande volume hídrico do Vaza-Barris no período Colonial brasileiro. Atualmente, o rio encontra-se em um estado de assoreamento e retirada voluptuosa de sua mata ciliar no trecho itaporanguense, o que provavelmente resultou em uma diminuição do volume de água e recuo de suas margens, estando, no momento, aproximadamente a uma distância de 500m da construção, em sua margem direita. Também há um grande volume de registros paroquiais do século XIX, no tocante aos registros de batizados, casamentos e óbitos.

**Figura 19-** Capela Nossa Senhora do Rosário, vista da entrada e do coreto reformados



Fonte: Registro do pesquisador, 2022.

#### 4.4 Capela Senhor do Bonfim

A Capela Senhor do Bonfim está situada na Fazenda Dira, entre os povoados Ipanema e Telha, município de Itaporanga d’Ajuda-SE, pertencendo atualmente ao empresário José Augusto Vieira. Sua atividade econômica principal é a pecuária bovina. O local era a sede do antigo Engenho Dira, datado, aproximadamente, de 1650, pertencendo inicialmente à senhora Maria Augusta Lourenço Sobral. No século XIX, por volta de 1840, o engenho passou a pertencer à família Dias Coelho e Mello, a mesma que já administrava outros engenhos ao longo do Vaza-Barris.

**Figura 20-** Capela Senhor do Bonfim, frontispício



Fonte: Registro do pesquisador, 2022.

A edificação religiosa tem datação de 1703. Assim como na Igreja Jesuíta da Fazenda Colégio, é possível encontrar, na capela da Fazenda Dira, vários jazigos no seu interior, onde estão sepultados, principalmente, os membros das famílias Sobral e Dias Coelho e Mello. Livros paroquiais da segunda metade do século XIX registram centenas de batismos, casamentos e óbitos na Capela Senhor do Bonfim, incluindo escravizados, homens livres e nobiliárquicos. Esses dados atestam a força econômica e política do Engenho Dira, no auge de sua produção canavieira.

**Figura 21-** Capela Senhor do Bonfim, altar-mor e celebração de missa



Fonte: Registro do pesquisador, 2022.

Após um longo período em estado de pouca conservação, todo o patrimônio arquitetônico da Fazenda Dira passou a ser recuperado, a partir do início da década de 2000, incluindo a Capela Senhor do Bonfim. A reforma incluiu pintura, recuperação de elementos como sino, mobiliário, altar e imagens. Ao redor da capela foi desenvolvido de maneira complementar um projeto de paisagismo, com uma passarela cercada de palmeiras imperiais e um lago defronte à capela, realçando ainda mais o templo religioso.

**Figura 22-** Capela Senhor do Bonfim, vista da entrada e do coreto



Fonte: Youtube/ Fazendas Antigas, 2022.

Após uma negociação de 1 ano, nós fomos convidados a assistir uma missa de ação de graças pela reforma da Capela Senhor do Bonfim, em 11 de março de 2023. A solenidade envolveu os trabalhadores da fazenda Dira e contou também com autoridades políticas e amigos dos proprietários da Fazenda Dira. Também esteve presente, a esposa do empresário José Augusto Vieira, e co-proprietária da Fazenda Dira, a senhora Josete Vieira, organizadora da celebração. A missa foi celebrada pelo padre Joélio Rezende.

Em diálogo com Dona Josete, ela contou que adquiriu a Fazenda Dira junto com seu esposo, em 1993. Contou que, até meados da década de 2000, realizou diversas celebrações na capela, como missas de natal e batizados, chagando a realizar em único evento 60 batismos, envolvendo crianças e adultos. Disse também que, através de contato com a comunidade, alfabetizou crianças, jovens e adultos em um espaço próximo à igreja, dentro da fazenda. Enfatizou que tem a pretensão de criar um memorial com imagens e outros documentos históricos que possam registrar as memórias da Capela Senhor do Bonfim, e de todo o conjunto arquitetônico da Fazenda Dira.

Sobre a edificação, dona Josete afirma que foram feitas várias intervenções para recuperar o bem histórico. Na última reforma, concluída em fevereiro de 2023, foram substituídas as lápides de pedra-sabão dos restos mortais enterrados dentro da capela, segundo ela deterioradas, por lápides de mármore branco. O piso também foi substituído por um novo, em formato quadriculado, preto e branco, também em mármore. Segundo Dona Josete, acredita-se que há uma passagem subterrânea entre a sede da Fazenda e a Capela e que pretende fazer uma investigação nesse sentido.

Todo esse gratificante esforço em valorizar uma parte importante da história local de Itaporanga d'Ajuda merece um retorno didático de qualidade aos estudantes. Pensando nisso e em meio às dificuldades logísticas de transportar os estudantes para a visita desses espaços, resolvemos “trazer” as edificações religiosas históricas de Itaporanga d'Ajuda para a escola, através de um material impresso com imagens e informações importantes para a compreensão da história local do município. O significado da iconografia no ensino de História, suas possibilidades de utilização, sua interrelação com outras fontes para a correta interpretação dos fatos históricos e a estruturação dessa ferramenta, como facilitadora no processo ensino-aprendizagem, é o que apresentaremos no capítulo a seguir.

## CAPÍTULO 5

### O ROTEIRO ICONOGRÁFICO COMO FONTE PARA HISTÓRIA LOCAL

A iconografia, do grego *eikon*, significa “imagem”, e *grafia* quer dizer descrição. Nessa junção, depreende-se que a iconografia se refere à capacidade descritiva e classificatória de imagens.

O mundo contemporâneo não se furta a utilizar o visual como busca de informações. A iconografia ganhou, no século XXI, uma importância textual como ferramenta que adentrou com bastante sucesso espaços onde, tradicionalmente, o texto escrito é a base de conhecimento, como o caso das bibliotecas e escolas. É natural, portanto, que na nova forma de ensinar História, a iconografia ganhe um espaço muito importante na prática docente, desde que haja um cuidado para que a abordagem de imagens não seja algo meramente ilustrativo e descritivo (BITTENCOURT, 2004).

O professor necessita, inicialmente, acreditar na potencialidade dessa ferramenta. O reconhecimento da eficácia de se trabalhar com imagens para o aprendizado estudantil passa pela qualidade da informação histórica e os desdobramentos que sua análise possa trazer na construção dos saberes pretendidos, sendo, assim, uma valorosa fonte de pesquisa.

Na realidade, a iconografia, enquanto um signo que nos gera sentido, sempre foi uma ferramenta de comunicação da humanidade: pinturas primitivas ou rupestres dos tempos pré-históricos, imagens pintadas nos mais variados estilos e formas, fotografias, filmes, microfilmes e vídeos. A evolução do trabalho humano trouxe uma preocupação em cada período histórico, de registrar os elementos da cultura de cada geração com riqueza de detalhes que, concatenadas com outras fontes históricas, podem ou não ratificar fatos e eventos que a ciência historiográfica se empenhou em investigar. Isso porque a neutralidade dentro da interpretação dos fatos e eventos humanos não existe. Imagens, principalmente no campo da política e da religião, têm intenções distintas, tanto da maneira como são construídas ou difundidas por quem as produziu e delas tirou proveito, como daqueles que nelas enxergam a possibilidade de elaborar contrapontos e denunciar contradições, omissões, opressões e ufanismos.

No tocante às igrejas, objeto deste estudo, “para além da ideia de descrição, a iconografia emerge como uma perspectiva simbólica no espaço religioso” (NUNES, 2018, p. 38). Assim, a iconografia ganha um contexto especial de identificar, através da arquitetura, os significados das várias representações da religião católica nas edificações

erguidas, desde a distribuição e funcionalidade dos cômodos aos elementos pictóricos e litúrgicos, tais como esculturas, imagens, vestes, mobiliários e utensílios.

Nunes (2018, p. 39), embasada nas ideias de Jean François Groulier, diz que a interpretação iconográfica das igrejas requer do pesquisador duas significações: uma de ordem fenomênica e a outra de ordem semântica. Segundo a autora, o “sentido fenomênico é entendido como a percepção imediata do que se observa, e o sentido semântico corresponde com o sentido da iconografia tradicional”, ou seja, de classificar os elementos e estilos observados na edificação.

Decidimos, a partir desses requisitos, explorar as edificações católicas mais antigas do município de Itaporanga d’Ajuda. Elas são uma peça da engrenagem que serviu de instrumento para uma colonização que deixa, até o presente, graves cicatrizes na sociedade brasileira: a concentração fundiária e de renda, o racismo, o desrespeito ao meio-ambiente, a intolerância religiosa e cultural às matrizes africanas e indígenas.

O produto a ser produzido será um roteiro iconográfico com informações destacadas sobre cada igreja estudada em Itaporanga d’Ajuda. Esse roteiro será estruturado com os seguintes itens: 1- O nome do templo católico a ser estudado, podendo ser incluídos também nomes populares; 2- Inserção de fotografias do templo a ser estudado; 3- Descrever de maneira sucinta a edificação estudada; 4- Utilizar referenciais de espaço para situar a construção: zona rural ou urbana, logradouro, município e pontos de referência; 5- Datas e meses em que ocorrem celebrações importantes ou situações do cotidiano que ocorrem na edificação e em seu entorno; 6- Quem (particular) ou qual instituição ou governo deu início à construção da igreja, motivação da escolha do lugar, reformas, ampliações e alterações executadas, transformação da paisagem ao seu redor ao longo do tempo; 7- Fundador(a), proprietário(a) atual, pároco, administrador(a); 8- Descrição de possíveis elementos naturais (rio, acidentes geográficos, vegetação) ou elementos culturais (cultivos agrícolas, pasto, pecuária, fazenda, estrada, casas, rede elétrica, campo de futebol, praça, dentre outros).

Utilizar imagens como fontes de história local gera reflexões sobre a produção do espaço geográfico, pelas sociedades, através de gerações. Elas constituem-se como guardiãs da memória coletiva dos lugares. Quando um determinado lugar é fotografado em diferentes tempos históricos, é possível construir analogias e fazer importantes observações sobre as transformações das paisagens. Assim, a fotografia no auxílio ao ensino de História tem um papel relevante, pois, a imagem tem o potencial de referendar e ratificar diversos documentos escritos e, até mesmo, relatos advindos da oralidade sobre

um determinado fato histórico (PARK *et al.*, 1996). Por sua vez, àquele que elabora a imagem tem a intenção de emitir sua interpretação sobre sua arte e provocar a todos que a analisam e a contextualizam, também, construir seus próprios pontos de vista sobre ela.

Aos estudantes, observar imagens do seu lugar, pode reforçar laços de pertencimento, relembrar e verbalizar memórias de contato com o elemento fotografado. Descobrir que aquela imagem tem um apelo histórico, certamente é uma prazerosa surpresa ao estudante que poderá reinterpretar e somar conhecimentos aos quais ele já detinha.

Temos, assim, uma alfabetização de ordem visual, de natureza inata, na qual o estudante visualiza, codifica, analisa e emite valor sobre uma imagem. Essa alfabetização visual auxilia e une-se a já consagrada alfabetização histórica, na qual a leitura e a escrita são fundamentais na construção dos argumentos críticos dos elementos e fenômenos históricos.

A utilização de um roteiro iconográfico de igrejas de Itaporanga d'Ajuda visa com que o estudante dos Anos Finais do Ensino Fundamental observe as imagens detalhando suas características arquitetônicas, de localização, conservação, associando com possíveis conhecimentos prévios, já que muitos dos estudantes as conhecem seja por residirem próximos, seja por já terem visitado ou mesmo por já saberem um pouco da história das edificações. Feito esse primeiro diálogo, é hora de relacionar as imagens com o contexto social e político do Brasil colonial, assunto que já é trabalhado desde o 4º ano do Ensino Fundamental, conforme habilidades constantes na Base Nacional Comum Curricular.

Espera-se que a ferramenta proposta integre-se à perspectiva de se compreender que no território itaporanguense temos reflexos da História colonial: as relações globais decorrentes das grandes navegações dos séculos XVI empreendidas por Estados europeus; o choque de objetivos e ideais culturais econômicos e religiosos decorrentes das visões antagônicas de europeus e dos indígenas e africanos; a dinâmica mercantil portuguesa como forma de dominação do território colonial brasileiro.

Pensar uma ação. Não se acomodar com um ensino meramente reprodutor. O professor de História se torna transformador ao eleger construir junto aos seus discentes o trabalhar com aspectos diversos da formação e do futuro de todos como seres críticos e capazes de intervenções sociais de monta, despertar-lhes o gosto pela elucidação das dúvidas através da investigação científica, trazer-lhes as diferentes possibilidades de produzir história por meio das mais variadas fontes, sejam elas escritas, iconográficas, materiais, imateriais ou memoriais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro capítulo, tratamos da evolução do ensino de História no Brasil tecendo sobre os grandes desafios de retirar estereótipos de que se trata de uma disciplina meramente teórica, descritiva e pouco atraente ao alunado. Elencamos as diretrizes estabelecidas por legislações e políticas de governo desde o século XIX até o tempo presente, desenvolvendo currículos e programas que estabeleceram perfis tanto para a formação do profissional do ensino da ciência historiográfica em nível superior como para a relação ensino-aprendizagem nas escolas. Discorremos que os professores de história do século XXI precisam estar atentos às mudanças do comportamento social global e a necessidade de ensinar uma História criativa, inclusiva e participativa.

No segundo capítulo, verificamos como se deu a ocupação colonial do litoral da Capitania subalterna de Sergipe pelo Reino de Portugal a partir do século XVI, os mecanismos de controle do território através das missões jesuítas de catequização dos indígenas e escravizados africanos, da doação de sesmarias a nobiliárquicos lusitanos para o povoamento europeu do território, dos conflitos com outros invasores europeus e com os povos indígenas, do modelo agroexportador implementado com a expropriação fundiária e o trabalho escravo. Vimos como a atividade canavieira se desenvolveu tardiamente em solo sergipano no período colonial que de início, nos séculos XVI e XVII fora ocupado pela pecuária bovina para abastecer os mercados da Bahia e Pernambuco. O incremento da produção de cana-de-açúcar no atual município de Itaporanga d'Ajuda toma impulso a partir da segunda metade do século XVIII e tem o seu auge em meados do século XIX, já no período imperial brasileiro.

No modelo colonial rural de agroexportação, a sociedade era composta pela mão-de-obra escravizada africana e indígena, pelos trabalhadores livres que viviam no entorno dos engenhos, pela elite agrária patriarcal, detentora do poder econômico e político e pelo clérigo, detentor do poder religioso. No conjunto arquitetônico dos vales litorâneos sergipanos estavam presentes a senzala, a casa-grande e as igrejas. Estas últimas representavam o pensamento devocional do cristianismo advindo da Europa e simbolizavam poder, prestígio e respeito. O templo erguido em meio ao espaço rural era um ponto nevrálgico na estrutura colonial brasileira, pois a ela convergiam todos os atores da pirâmide social para as obrigações dos ritos católicos: os registros de batismo, casamento e óbito, a missa, a procissão e outros eventos alusivos à comunhão da fé cristã.

No terceiro capítulo, procuramos desenvolver um corolário do município de Itaporanga d’Ajuda, apresentando elementos referentes à sua geodésia, natureza, demografia, economia e história com o propósito de estabelecer relações entre o passado e o presente que caracterizam o município.

No quarto capítulo, nos debruçamos sobre nosso objeto de pesquisa, os templos católicos erguidos entre os séculos XVII a XIX que foram preservados no município de Itaporanga d’Ajuda. Identificamos a datação de suas fundações, os seus fundadores, benfeitores e proprietários, uma vez que estavam situadas dentro dos antigos engenhos trouxemos detalhes obtidos através das visitas de campo e apresentamos imagens que revelam suas características. Em comum entre as edificações reside o fato de estarem todas elas situadas no vale da bacia hidrográfica do rio Vaza-Barris, elemento natural fundamental para a comunicação e produção agrícola no período colonial de Itaporanga d’Ajuda.

Vimos que a Igreja Matriz de Nossa Senhora d’Ajuda surgiu nas terras do Engenho Itaporanga e gerou a formação do encapelado, importantíssimo na formação da urbe de Itaporanga d’Ajuda. Foi alvo de disputas pela sua administração entre as famílias Sá Souto Maior e Dias Coelho e Mello e em meados do século XIX passa a ser de interesse público geral e irrestrito, sendo então administrado pela Irmandade Nossa d’Ajuda.

Sobre a Igreja do Colégio Jesuíta Tejupeba, situada na Fazenda Iolanda, é uma das mais antigas do atual Estado de Sergipe, do início do século XVII, e testemunha a passagem das missões jesuítas pelo Estado. Nesse espaço, à margem do rio Tejupeba, afluente do rio Vaza-Barris, os jesuítas desenvolviam outras atividades além da difusão da religião, tais como a fabricação de embarcações e a criação de gado bovino. Com a retirada dos jesuítas em meados do século XVIII, todo o conjunto arquitetônico e a fazenda passa ao controle do clã Dias Coelho e Mello e no início da década de 1920 é vendida à família Mandarino, detentora até o momento. Passou pelo processo de tombamento do seu conjunto arquitetônico pelo IPHAN na década de 1940 que envolve além dela o antigo colégio jesuíta, a antiga senzala e a antiga sede da fazenda. Passou por reformas entre as décadas de 1950 e 2000. No interior da igreja, vários membros do baronato itaporanguense estão sepultados. É uma das principais representações da arquitetura barroca em Sergipe.

Em relação à Capela Nossa Senhora do Rosário, localizada na Fazenda Camaçari, pertenceu a vários donos, dentre eles a clã Dias Coelho e Mello e a clã Rollemberg Garcez, a qual pertence até os dias atuais. Fundada no século XVIII, sua face frontal,

voltada ao rio Vaza Barris atesta a importância desse corpo d'água para a economia e a sociedade local. A capela foi tombada pelo patrimônio histórico e arquitetônico estadual em 2016. Passou por algumas alterações em sua arquitetura interna e encontra-se em bom estado de conservação. Alguns eventos festivos particulares são organizados pela família Garcez em datas especiais como o dia da padroeira da capela, Nossa Senhora do Rosário, Natal, missas celebrando aniversários, batismos e casamentos de membros da família.

No tocante à Capela Senhor do Bonfim, situada na Fazenda Dira, observamos que ela é do século XVIII, pertenceu aos clãs Sobral e Dias Coelho e Mello, e atualmente pertence ao empresário José Augusto Vieira. Vimos que a capela passou por uma grande reforma recentemente e que em seu interior também estão sepultados membros do baronato itaporanguense.

Com relação ao quinto capítulo, apresentamos o produto pedagógico em forma de um roteiro iconográfico contendo não apenas imagens das edificações estudadas, mas também importantes informações sobre os lugares onde estão inseridos territorialmente os templos religiosos com o reforço de informações cartográficas e históricas importantes. Enfatizamos que o uso de imagens no ensino de História pode ser uma valiosa ferramenta pedagógica de apoio à compreensão das variadas temáticas a serem abordadas em sala de aula no processo de ensino-aprendizagem.

Incrustadas em antigos Engenhos produtores de cana-de-açúcar, as igrejas estudadas desfrutavam de grande prestígio sobre a sociedade colonial do lugar, período em que o poder político da casa-grande dividia atenções com o poder religioso da igreja católica na dominação do espaço colonial brasileiro.

Ao aprofundarmos o conhecimento sobre os templos católicos mais antigos do município de Itaporanga d'Ajuda, trazemos um olhar edificante à História local. Compreendemos como estes espaços não são meros elementos sem importância, em meio aos meandros do rio Vaza-Barris. Elas foram fruto da internacionalização da economia, que tem grande impulso com a empreendida mercantilista ultramarina europeia iniciada no século XV, trazendo consigo a sanha de poder às custas de milhões de indígenas e africanos escravizados e coisificados. A Igreja Católica é um ente decisivo na meta do colonizador de aculturar pessoas e falsamente legitimar a posse das riquezas pilhadas até a Europa.

Dizemos sempre aos estudantes em nossas aulas que, quando eles se deslocam de suas casas para a escola, vindos do campo ou da cidade, que eles são nesse momento “historiadores ou geógrafos de janela de ônibus escolar”. Quando estimulamos os jovens

a esse pensamento momentâneo durante o trajeto casa-escola-casa nós queremos que eles não apenas “vejam com os olhos” as paisagens que atravessam, mas que eles possam trazer impressões e interrogações para o chão da sala. “Por que aquela igreja sozinha na estrada defronte ao rio?” “Por que ela fechou?” “Por que ela se encontra dentro de uma fazenda?” “Por que no entorno da matriz existem imponentes casarões?”

A compreensão e resposta a tais perguntas trarão ao estudante a tão sonhada liberdade de pensamento sobre os fatos históricos sem amarras.

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, na práxis, com a sua realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação. (FRIERE, 2011, p. 27 )

Quando permitimos esse estímulo do pensamento, relacionamos os fatos históricos do Brasil, de Sergipe, e conseguimos performar nos estudantes, a leitura dos processos de formação do lugar, com a certeza de que o trabalho cotidiano em sala de aula tem surtido efeito, mesmo com todas as adversidades possíveis.

Assim, entendemos que os avanços no ensinar e aprender História, interrelacionando os saberes da BNCC, com os saberes das vivências de nossos estudantes, são muito importantes na perspectiva de uma educação plural, democrática e cidadã, uma vez que permite oferecer aos currículos novas versões e visões. Possivelmente, o grande desafio para o ensino de História, ao corpo docente para as próximas décadas, será o de como esse novo currículo adentrará ao cotidiano das escolas, já tão aclimatadas ao pensamento historiográfico eurocêntrico, o que pode gerar enfrentamentos e resistências da comunidade escolar. Contudo, ceder à primeira investida contrária a esse vanguardismo poderá trazer retrocessos no intenso trabalho das primeiras duas décadas do século XXI, empreendidas por esforços nos cursos de graduação e pós-graduação de História, de aproximar essa ciência da população em geral que cada vez mais procura compreender sua própria origem e sua posição no contexto global da sociedade de consumo. Nossa expectativa será a de sempre contribuir para a educação local de Sergipe, e do Brasil, com o Ensino de História crítico, interdisciplinar e dialógico.

## REFERÊNCIAS

- AB’SABER, Aziz Nacib. **Os Domínios da Natureza no Brasil: Potencialidades Paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ALVES, Francisco José. **Fazenda Colégio, Itaporanga d’Ajuda-SE: alguns marcos do seu passado**. Aracaju-SE: Jornal da Cidade, 10/05/2009.
- BITTENCOURT, Circe F. “Reflexões sobre o ensino de História”. In: **Estudos Avançados**, 32 (93), pp. 127-149, 2018.
- \_\_\_\_\_. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.
- CARRETERO, Mario. Representação e aprendizagem nas narrativas históricas. In: CARRETERO, Mario; CASTORINA, José A. (Org.) **Desenvolvimento cognitivo e educação: Processos do conhecimento e conteúdos específicos**. Porto Alegre: Penso, 2014, p.203-222.
- DANTAS, Beatriz Góis; DINIZ, Diana Maria de Faro Leal e [et al.]. **Textos para a História de Sergipe**. 2ª edição. São Cristóvão: EDUFS; Aracaju: IHGSE, 2013.
- DANTAS, Orlando Vieira. **A vida patriarcal de Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o profano**. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- FRANÇA, Vera Lúcia Alves & CRUZ, Maria Teresa S. (Coordenadoras). **Atlas Escolar de Sergipe: espaço geo-histórico e cultural**. 2ª edição. João Pessoa-PB: Grafset: 2013.
- FREIRE, Felisbelo Firmo de Oliveira. **História de Sergipe**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977.
- \_\_\_\_\_. **História Territorial de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. 51ª edição. São Paulo: Global, 2018.
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2010.
- GOIS, D.V. (org). **Localização da área de estudo: Itaporanga D’Ajuda- Sergipe/ 2016**. Fonte: SRH 2014, Datum horizontal: SIRGAS 2000. Zona 24 Sul. Projeção Universal Transversa de Mercator, 2016.
- HOONAERT, Eduardo. **História da Igreja no Brasil**. Primeira época. Petrópolis:

Vozes, 1991.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**, volume 19, Alagoas e Sergipe. Rio de Janeiro, 1959.

IPHAN. **Educação Patrimonial: inventários participativos**: manual de aplicação/IPHAN; texto de Sônia Regina Ramplim Florêncio et al. – Brasília, DF, 2016.

LEITE, Serafim. **Sergipe del Rey**. História da companhia de Jesus no Brasil. Rio de Janeiro: INL, 1945.

MACEDO, Alexsandro do Nascimento. **Da lama à sala de aula**: a festa do mastro de Capela – Se narrada em uma hq para o ensino de história / Alexsandro do Nascimento Macedo; orientador Paulo Heimar Souto. – São Cristóvão, SE, 2021.

MOREIRA, Ruy. Formação do Espaço Agrário Brasileiro. **Coleção Tudo é História**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, SP: volume nº 13, pp.143-162, 1992.

NUNES, Maria Thétis. **Sergipe Colonial I**. Sergipe/UFS/ Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

NUNES, Verônica Maria Meneses. **Cultura material e território eclesiástico**: uma leitura zooiconográfica em igrejas coloniais de Sergipe del Rei entre os séculos XVII-XVIII. Laranjeiras: UFS, 2017.

PARK, Margareth Brandini & FERNANDES, Renata Sieiro (organizadoras). Filigranas da Memória: Intercâmbios de Gerações. **Cadernos CEDES**, Campinas, volume 26, n. 68, 2006.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto. **Reordenamento do Trabalho**. Trabalho Escravo e Trabalho Livre no Nordeste Açucareiro. Sergipe 1850-1930. Aracaju: FUNCAJU, 2000.

RALEJO, Adriana Soares, MELLO, Raffaella Albergaria e AMORIM, Mariana de Oliveira. Ensino de História: Horizontes Possíveis. In: **Educar em Revista**, volume 37. Curitiba-PR, 2021.

SABINO, Anselmo Teles. **Patrimônio cultural e educação**: uma proposta de caderno temático para as aulas de história da rede municipal de ensino de Sombrio-SC. Dissertação para o Mestrado Profissional de Ensino de História da Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis-SC, 2016.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 61.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. Concepções de Aprendizagens Históricas Presentes em Propostas Curriculares Brasileiras. In: **História Revista**, volume 14, p.203-213. Goiânia-GO, 2009.

- SILVA, Eugênia Andrade Veira da. **Catálogo da documentação cartorária dos séculos XVII e XVIII da comarca de São Cristóvão**. Aracaju: TJ: J. Andrade, 2000.
- SIQUEIRA, Luis. **Religião, Terra e Poder: O Encapelado de Nossa Senhora da Ajuda em Itaporanga – Se (1798 – 1838)**. Itaporanga d’Ajuda: do Autor, 2007.
- SOBRINHO, Sebrão. **Laudas da História do Aracaju**. Sergipe: Prefeitura Municipal de Aracaju, 1955.
- SOUSA, Antônio Lindivaldo (organizador). **O pulso de Clio: Religiosidade, cultura e diversidade**. Porto Alegre: Redes Editora, 2012.
- SOUTO, Paulo Heimar e MACEDO, Alexsandro do Nascimento. (RE)Pensando o ensino de História: a importância e os desafios do uso da história local na contemporaneidade. In: **Qual ensino de História para a educação básica?** [recurso eletrônico] / Organizado por Adriana Maria Paulo da Silva, Lucas Victor Silva e Wesley Garcia Ribeiro Silva. – Brasília: Rosivan Diagramação & Artes gráficas, 2022.
- TELLES, Manoel dos Passos de Oliveira. **Sergipenses**. 2ª edição: Aracaju: IHGSE; São Cristóvão: UFS, 2013.
- VILLALTA, Luiz Carlos. Dilemas da formação teoria e prática na formação do professor de História: alternativas em perspectiva. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, SP: volume nº 13, pp.223-232, 1992.
- VOGEL, Christine. **Guerra aos Jesuítas: A propaganda antijesuítica do Marquês de Pombal em Portugal e na Europa**. Lisboa: Temas e Debates, 2017.

## REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

- COSTA, Stefany, BISPO, Vanessa e MAIA, Leonardo. Arquitetura com terra de Sergipe: da economia açucareira até a transferência da capital Aracaju (1855). In: **Cadernos de Graduação-Ciências Humanas e Sociais**. Aracaju, v.7, nº1, p.37-48, Outubro de 2021. Disponível em: [periodicos.set.edu.br](http://periodicos.set.edu.br). Acessado em: 25/06/2022.
- FAMILY SEARCH. **Brazil, Sergipe, Itaporanga d’Ajuda, Nossa Senhora da Ajuda, Registros paroquiais, 1845-1956**. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/catalog/1482841?availability=Family%20History%20Library>. Acessado em: 13/02/2023.
- IBGE. Disponível em: [www.ibge.gov.br/apps/arranjospopulacionais/2015/pdf/publicacao.pdf](http://www.ibge.gov.br/apps/arranjospopulacionais/2015/pdf/publicacao.pdf). Acessado em: 17/04/2022.
- \_\_\_\_\_. **Estimativa da População 2018**. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acessado em: 17/04/2022.

IPHAN. Disponível em:  
**acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/discover?rpp=10&etal=0&query=ITAPORANGA+D%27AJUDA**. Acessado em: 11/10/2022.

GOOGLE MAPS. **Localização geodésica de Itaporanga d'Ajuda-SE**. Disponível em:  
[www.google.com.br/maps/@-11.0568665,-37.6092637,10z](http://www.google.com.br/maps/@-11.0568665,-37.6092637,10z). Acessado em: 15/12/2022.

PINTO, C. S. (2017). O extinto aldeamento de Água Azeda e suas relações de conflitos com a Fazenda Escurial – SE (1933-1934). **Revista Crítica Histórica**, 8(15), p.185–207. Disponível em: <https://doi.org/10.28998/rchv18n15.2017.0011>. Acessado em: 15/04/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA D'AJUDA: **História do município**. Disponível em: [www.itaporanga.se.gov.br](http://www.itaporanga.se.gov.br). Acessado em: 17/04/2022.

SANTOS, Karla Janylle Souza. **Relatório de Viagem: Visita Monitorada aos Engenhos São Felix e Dira, e às Fazendas Camaçari e Santa Cruz, no Estado de Sergipe**. Disponível em: <http://karlajsshistoria.blogspot.com/2013/03/relatorio-de-viagem-visita-monitorada.html>. Acessado em: 19/01/2023.

## FONTES

### 1. Legislação

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília-DF : MEC: CONSED: UNDIME, 2017.

\_\_\_\_\_. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 30/09/2022.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 20 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 01/09/2022.

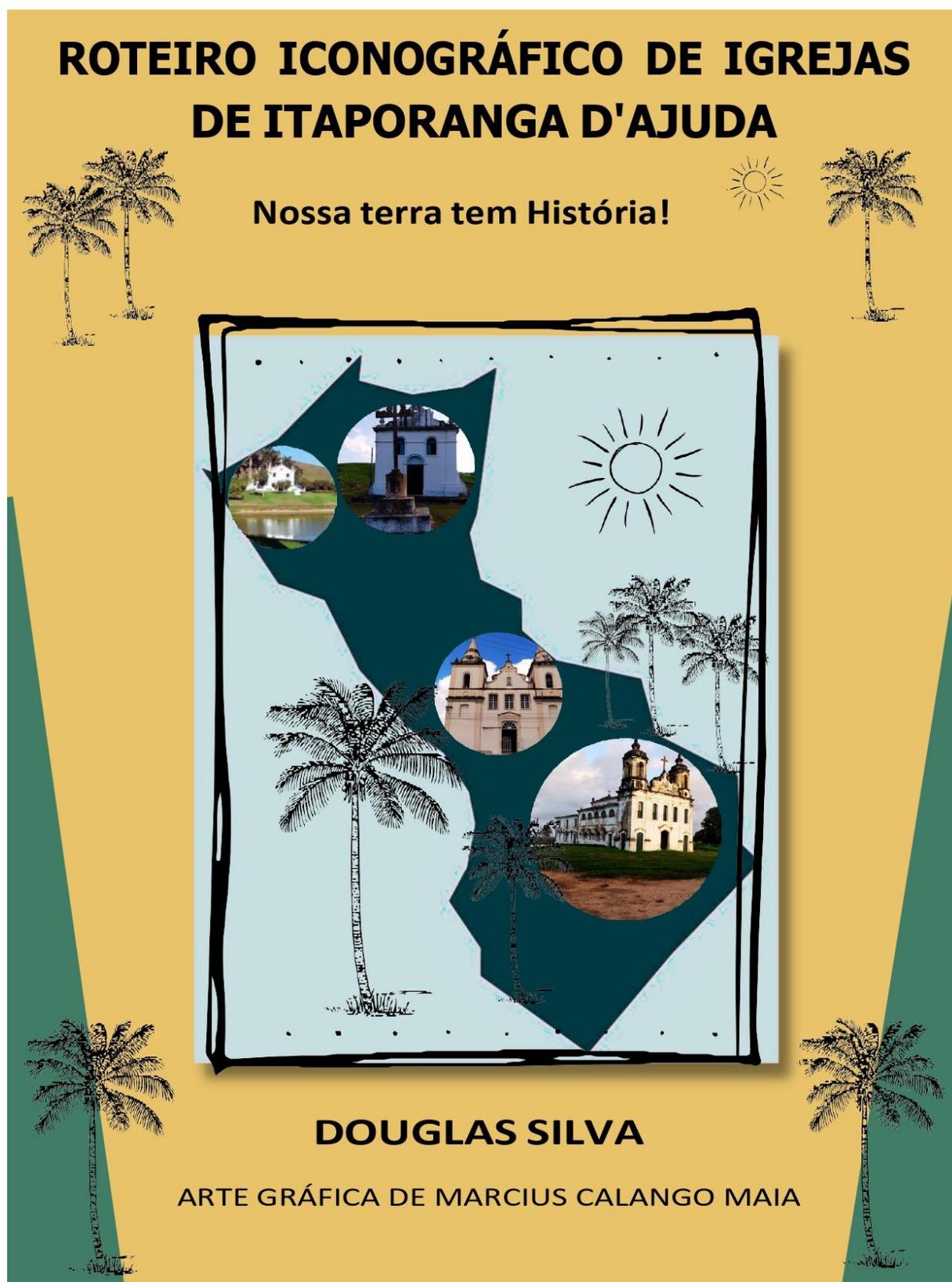
\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, p. 1, 10 jan. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso: 01/09/2022.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, p. 1, 11 mar. 2008. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11645-10-marco-2008-572787-publicacaooriginal-96087-pl.html>. Acesso em: 01/09/2022.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 25 jun. 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em: 24 mar. 2021.

SERGIPE. **Decreto nº30.280 de 29 de julho de 2016.** Declara de interesse público para fins de inscrição e tombamento ao Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Artístico de Sergipe a preservação do Engenho Camaçari, localizado na cidade de Itaporanga d'Ajuda, neste Estado. Publicado no Diário Oficial do Estado de Sergipe de 02 de agosto de 2016.

APÊNDICE A – PRODUTO PEDAGÓGICO: ROTEIRO ICONOGRÁFICO DE IGREJAS DE ITAPORANGA D'AJUDA-SE NO VALE DO RIO VAZA-BARRIS.

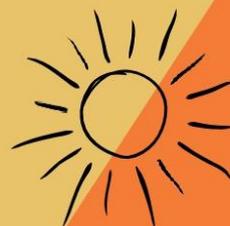


Capa do Roteiro Iconográfico

Obra do artista gráfico Marcius “Calango” Maia, 2023.

## O AUTOR

Douglas Leoni Rodrigues Melo da Silva é professor de educação básica da Rede Estadual de Ensino de Sergipe e da Rede Municipal de Ensino de Itaporanga d’Ajuda. Mestrando em Ensino de História pela Universidade Federal de Sergipe. Especialista em Metodologia do Ensino de Geografia e História pela Uninter. Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Tem longa experiência no Ensino Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA), atuando nas áreas de Cidadania, Cultura Sergipana, Geografia e História.



## ARTISTA GRÁFICO

Marcus Calango Maia, ou “Calango”, é escultor, designer, artista plástico em geral e tatuador, além de chefe de cozinha.



Dados do autor do Roteiro Iconográfico

Obra do artista gráfico Marcius “Calango” Maia, 2023.



## APRESENTAÇÃO



Este estudo tem por finalidade compreender o papel social, político e econômico das construções de templos católicos no atual município de Itaporanga d’Ajuda ao longo do vale do rio Vaza-Barris entre os séculos XVII ao XIX, à época ocupado por engenhos produtores de açúcar, pecuária bovina e plantios de subsistência, a exemplo da mandioca, utilizando intensa mão-de-obra escravizada.

Entender o significado histórico das igrejas seculares do município de Itaporanga d’Ajuda, as motivações de seus erguimentos e a função social que ela desempenhou nessa época é contextualizar a sociedade do atual município de Itaporanga d’Ajuda no Brasil Colônia açucareiro entre os séculos XVII ao XIX e a influência do pensamento católico nesse contexto histórico. Esse trabalho é voltado aos estudantes da educação básica dos anos finais do ensino fundamental, especialmente aos estudantes de Itaporanga d’Ajuda-SE, que tem a possibilidade de conhecer um pouco mais da sua história local.

Coloco à disposição dos meus colegas professores de História essa ferramenta pedagógica para suas aulas.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor Dr. Paulo Heimar Souto, pela atenção durante a minha passagem pelo Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Sergipe, suas correções e dicas foram essenciais para produzirmos esse trabalho.

Aos colegas do Profhistória pelatroca de experiências e formação de novas amizades. Ao professor Msc. Jairton Peterson Rodrigues dos Santos pelo incentivo e por abrir as portas do seu acervo bibliográfico.

Ao professor Dr. Luis Siqueira, de grande importância em fontes da história itaporanguense. Aos proprietários das fazendas e à paróquia de Nossa Senhora d’Ajuda, que permitiram a visitação das igrejas.

Ao meu amigo Marcius “Calango” Maia, que através de seu grande talento artístico criou o design desse trabalho.

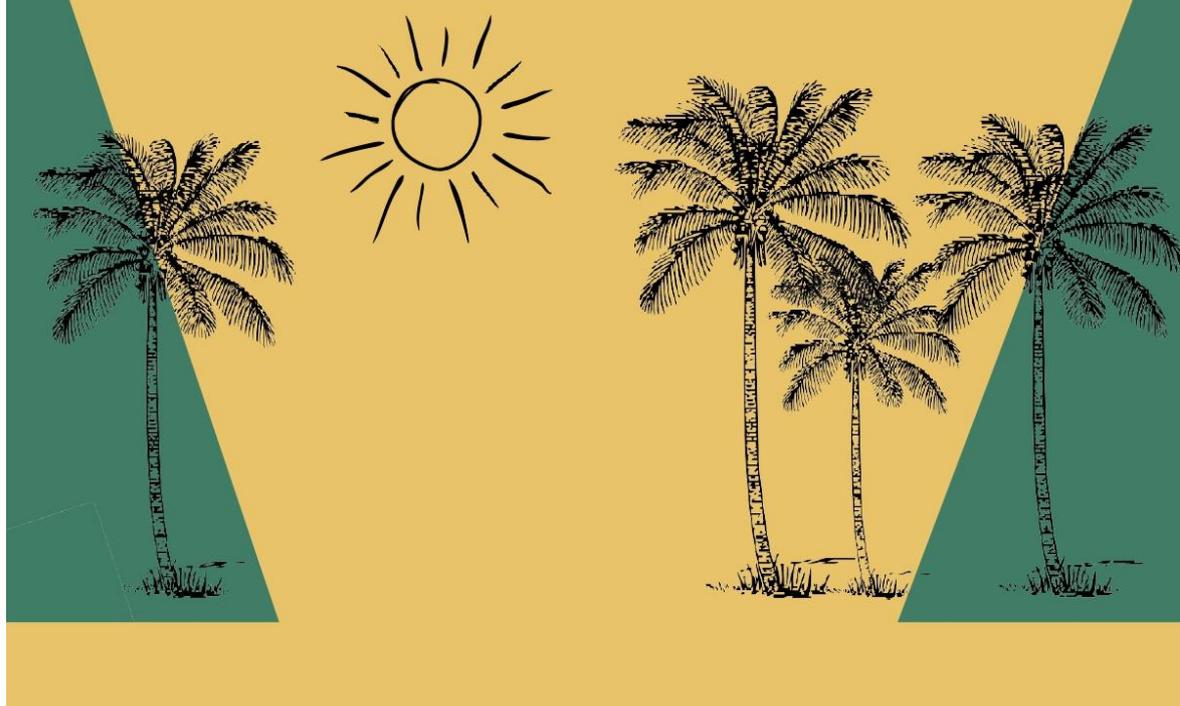
À Secretaria Municipal de Educação de Itaporanga d’Ajuda que me concedeu licença para poder estudar e pesquisar durante dois anos de muita produção. Ao povo de Itaporanga d’Ajuda, razão maior desse trabalho.

Apresentação e agradecimentos do Roteiro Iconográfico

Obra do artista gráfico Marcius “Calango” Maia, 2023.

## SUMÁRIO

Itaporanga d’Ajuda, Sergipe – Brasil.....	5
Igreja Jesuíta do Colégio Tejupeba .....	9
Capela Nossa Senhora do Rosário.....	11
Capela Senhor do Bonfim.....	13
Igreja Matriz de Itaporanga d’Ajuda.....	15
Referências.....	19
Referências Eletrônicas.....	20
Fontes.....	20
Glossário.....	21



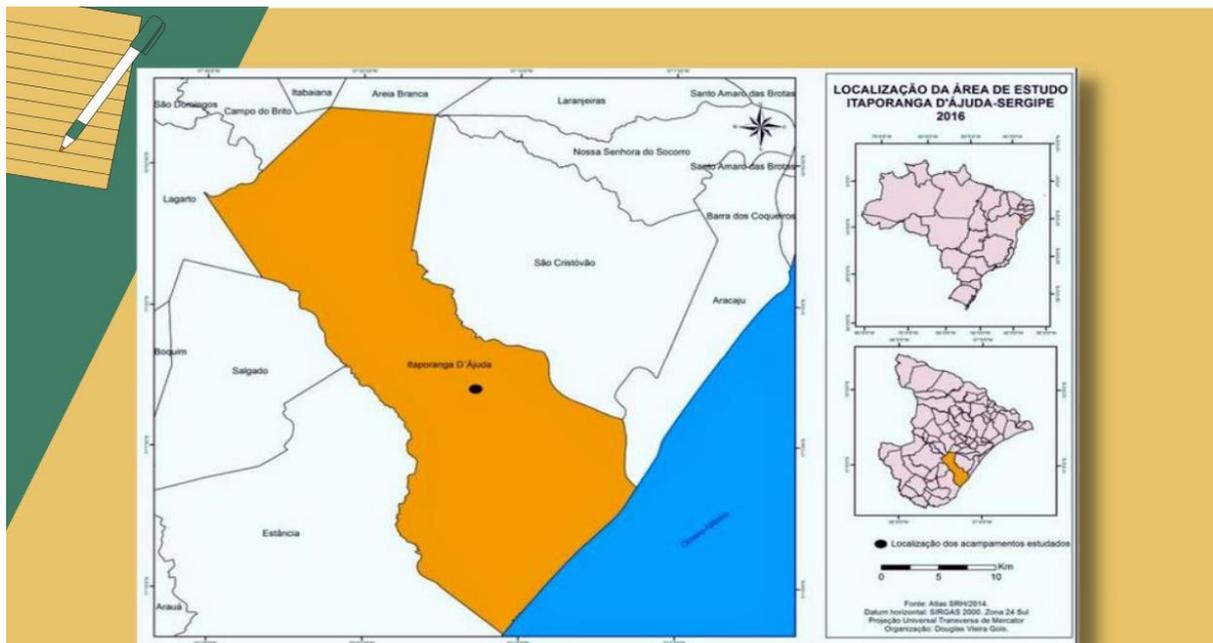
Sumário do Roteiro Iconográfico

Obra do artista gráfico Marcius “Calango” Maia, 2023.



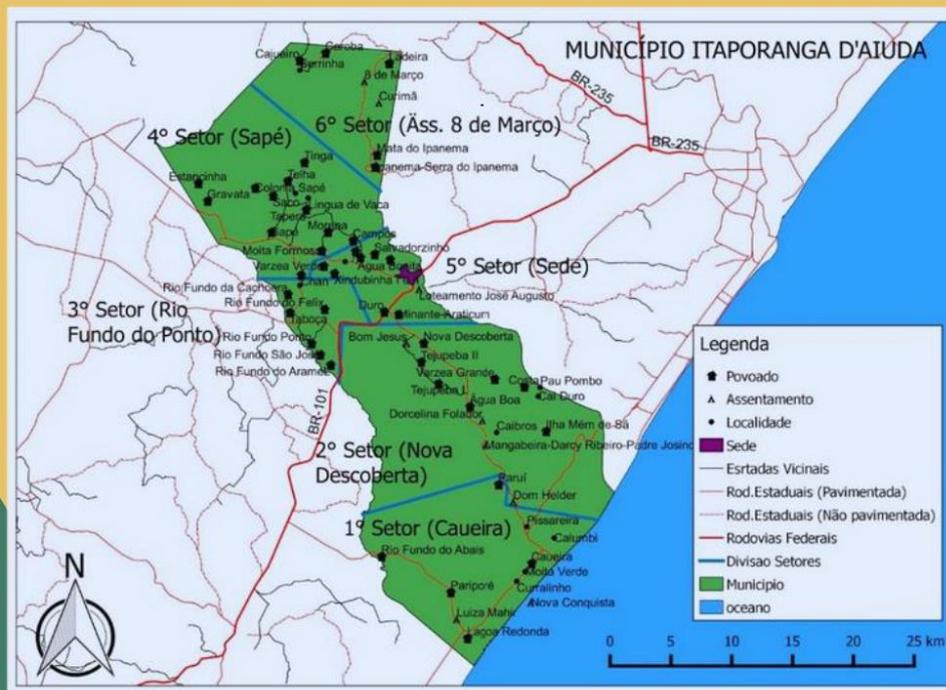
Acima, bandeira e brasão do município de Itaporanga d'Ajuda, com cores e elementos que remetem à economia, natureza e religiosidade do lugar. Abaixo, imagem de Nossa Senhora d'Ajuda, padroeira do município, na Praça Silvio Garcez, entrada da cidade, demonstrando a influência da religião católica.

Douglas Silva, 2022



Góis, 2016

O mapa acima apresenta a localização do município de Itaporanga d'Ajuda, situado no leste de Sergipe, e os seus limites territoriais com outros municípios sergipanos. Abaixo, temos a divisão setorial do município de Itaporanga d'Ajuda com base em critérios de proximidade, natureza e economia.



Prefeitura Municipal de Itaporanga d'Ajuda, 2019

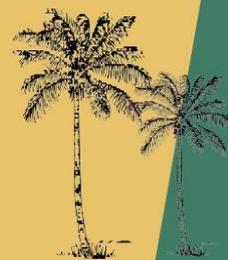
## HISTÓRIA

Situado em terras onde no século XVI viviam os Tupinambá, liderados pelo cacique Surubi, Itaporanga d’Ajuda sofreu as primeiras intervenções coloniais em 1575 com a chegada da missão jesuíta liderada por Frei Gaspar Lourenço e Irmão João Salônio, às margens do Vaza-Barris, iniciando o processo de catequese. Logo iniciam-se conflitos entre indígenas e portugueses, provocando uma descontinuidade da ocupação colonial. No início do século XVII, sob o domínio da vila de São Cristóvão, são concedidas sesmarias, mas os colonos, temendo a brava resistência de Surubi e seu povo, não se interessam em ocupá-las.



Arte de Rosa Faria do Século XX, Memorial de Sergipe, Universidade Tiradentes.

Somente no final do século XVIII o colonizador Francisco Sá Souto Maior consegue vencer a resistência Tupinambá, forçando-os a se retirarem para a uma colina na margem esquerda do rio Vaza-Barris denominada Água Azeda. Inicia-se então o povoamento que dará origem a sede do município, onde existiu o Engenho Itaporanga. Ao longo dos séculos XVIII e XIX, a cana-de-açúcar, seus engenhos, as igrejas, capelas e o trabalho escravista dominaram a paisagem do vale do Vaza-Barris.



## DADOS GEOGRÁFICOS E ESTATÍSTICOS

Área: 739.702 km<sup>2</sup> (IBGE, 2021)

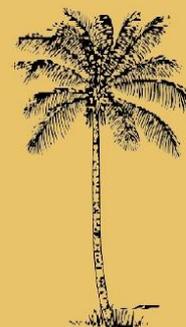
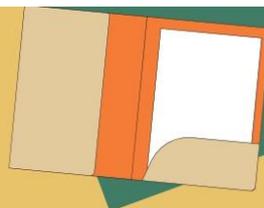
População Estimada: 35.054 habitantes (IBGE, 2021)

Densidade Demográfica: 41,11 hab/km<sup>2</sup> (IBGE, 2010)

Escolaridade dos 6 aos 14 anos de idade: 90,4 (IBGE, 2010)

Mortalidade infantil: 16,67‰ (IBGE, 2020)

Índice de Desenvolvimento Humano: 0,561, médio (IBGE, 2010)



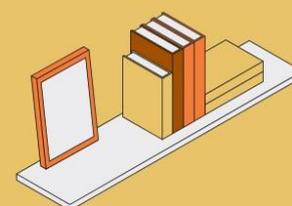
## DATAS HISTÓRICAS



30 de janeiro de 1845 –  
Eleva-se à condição de  
freguesia.



10 de maio de 1854 –  
Passa à condição de vila  
com o nome Itaporanga



28 de março de 1938 –  
Recebimento do foro com  
status de município

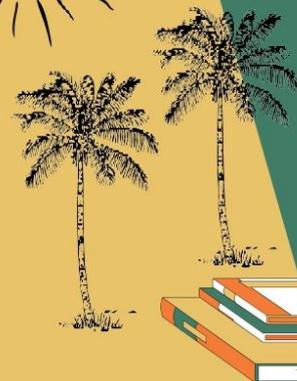
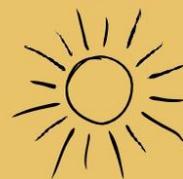


01 de janeiro de 1949 –  
Adota a denominação atual  
de Itaporanga d'Ajuda



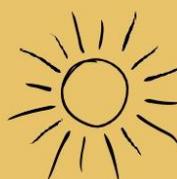
Douglas Silva, 2022

## IGREJA JESUÍTA DO COLÉGIO TEJUPEBA



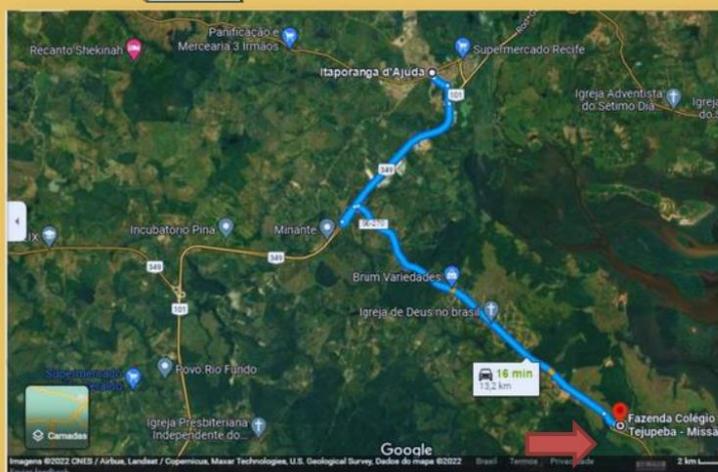
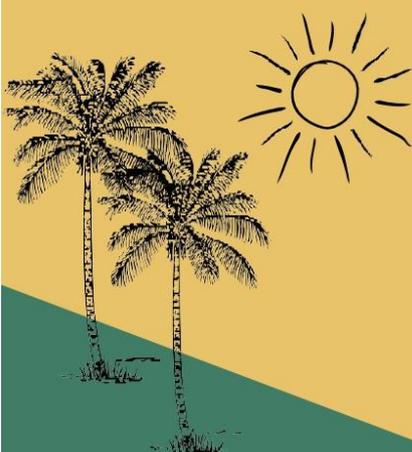
### FUNDAÇÃO

Por volta da primeira década do século XVII deu-se a fundação. É uma das igrejas mais antigas do Estado de Sergipe. No ano de 1601, documentos oficiais atestam a solicitação de jesuítas junto ao governo da Capitania Geral da Bahia de todos os Santos a possede terras às margens do rio Vaza-Barris.



### LOCALIZAÇÃO

Rodovia SE-270, Fazenda Iolanda, Povoado Nova Descoberta, Zona rural, Itaporanga d'Ajuda-SE.



Google Earth, 2022

## OUTROS PROPRIETÁRIOS

Em 1764 o Engenho Colégio é expropriado dos jesuítas pelo Reino de Portugal e adquirido pela família Dias, Coelho e Mello, que desenvolve atividade canavieira. Em 1920 é adquirido pelo imigrante italiano Nicola Mandarino, que altera o nome para Fazenda Iolanda, sendo atualmente de propriedade de seus herdeiros.



Douglas Silva, 2022

## O COLÉGIO JESUÍTA TEJUPEBA

Além da igreja, o complexo abrangia o colégio jesuíta e a residência dos padres. Segundo pesquisadores, durante o século XVII existia na localidade um estaleiro para fabricação de barcos e o desenvolvimento da pecuária bovina.

Internamente, não há mais qualquer imagem de santos ou adornos compondo a paisagem.



Douglas Silva, 2022

## SEPULTAMENTOS NO INTERIOR DA IGREJA



Vários membros da família Dias Coelho e Mello e agregados foram sepultados no interior da igreja, dentre eles o Antônio Dias Coelho, intitulado Barão de Estância, e sua mãe Maria Micaela Dantas Coelho e Melo, Baronesa de Itaporanga.

## TOMBAMENTO E REFORMAS

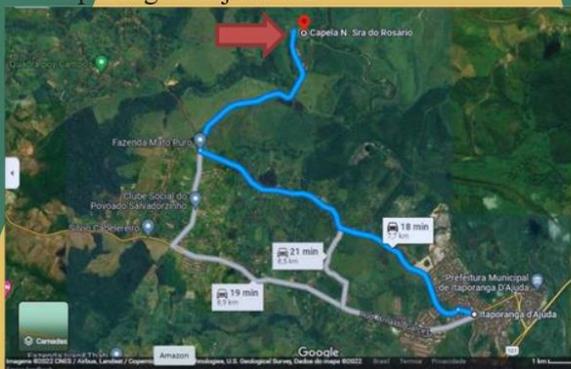
Em 23 de março de 1943 o conjunto arquitetônico da casa e da igreja são tombados pelo IPHAN sob o número de processo 0289-T41 inscrito no livro histórico sob o número 213, volume 01, folha 36. A Igreja passou desde então por três restaurações que incluíram retelhamentos e pinturas em 1953, 1990 e 2004, sendo que esta última reforma se deu no telhado da igreja, que havia desabado após as fortes chuvas que atingiram Itaporanga d'Ajuda em março daquele ano. Na parte superior do pórtico principal há inscrição do ano de 1810, o que pode indicar alguma reforma feita à época.

## CAPELA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO



### LOCALIZAÇÃO

Fazenda Camaçari, entre os povoados Campos e Camaçari- Mirim, Zona rural, Itaporanga d'Ajuda-SE.



Google Earth, 2022



Douglas Silva, 2022

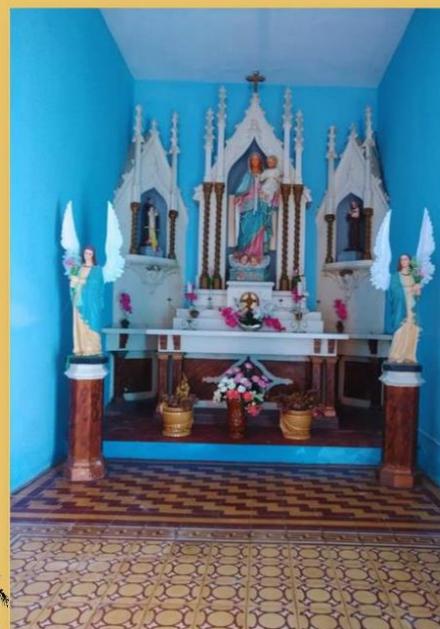
### FUNDAÇÃO

Segunda metade do século XVIII, não há registros precisos de data.



### PROPRIETÁRIOS AO LONGO DO TEMPO

A primeira documentação alusiva à fazenda e a igreja data de 1807, constando o nome do proprietário, José Ribeiro Losano. Após, somente em 1855 tem-se conhecimento de um outro documento onde consta a posse da propriedade do Engenho Camaçari ao senhor Domingos Dias Coelho e Melo, o Barão de Itaporanga. Em 1873 as terras são herdadas ao filho, Antônio Dias Coelho, engenheiro condecorado com o título de Barão de Estância, também senhor de vastas áreas de terras em São Cristóvão, Itaporanga d'Ajuda e Estância.



Douglas Silva, 2022



Douglas Silva, 2022

Em 1891 a fazenda e todo seu conjunto arquitetônico é vendida a João Augusto de Freitas Garcez e herdada por Arnaldo Rollemberg Garcez, ex-governador de Sergipe (1951-1955), ex-deputado federal (1958- 1966) e ex-prefeito de Itaporanga d’Ajuda (1983-1987 e 1993-1996) pertencendo atualmente aos seus herdeiros.

## TOMBAMENTO E REFORMAS

A sede da fazenda e a capela foram tombadas pelo patrimônio arquitetônico, artístico, cultural e histórico estadual através do Decreto Estadual nº30.280 de 23 de julho de 2016, folha 57 do Livro do Tombo Geral. Tem-se conhecimento de uma reforma no ano de 1929 após um incêndio causado por uma vela. Atualmente encontra-se em bom estado de conservação. Sofreu algumas alterações arquitetônicas na parte interna, especialmente no assoalho e no telhado.

## EVENTOS

A capela é aberta esporadicamente para cerimônias religiosas particulares da família Garcez tais como casamentos, batizados e missas. Dia 07 de outubro é alusivo à consagração de Nossa Senhora do Rosário, data em que é celebrada uma missa e um evento festivo para convidados pela família Garcez.

## CAPELA SENHOR DO BONFIM



Karla Jamile, 2013

### FUNDAÇÃO E PROPRIETÁRIOS

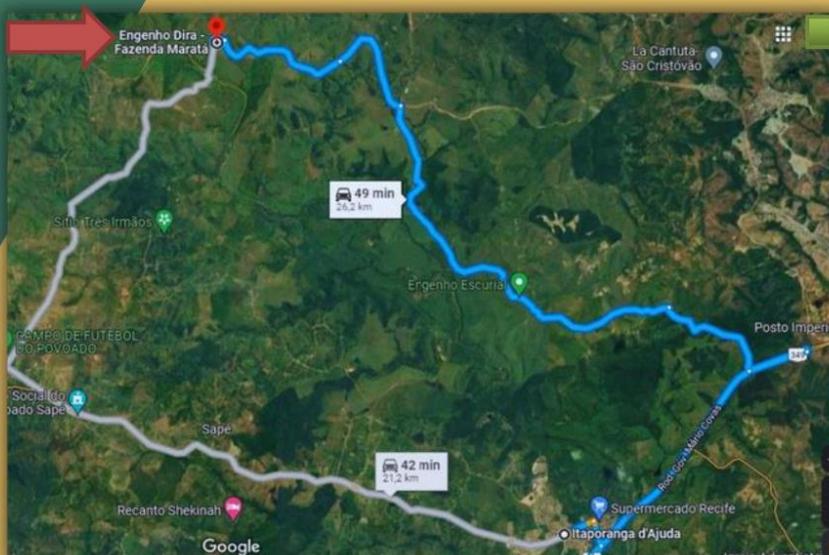
Primeira metade do século XVIII.

O antigo Engenho Dira surge por volta de 1650, pertencendo inicialmente à senhora Maria Augusta Lourenço Sobral. No século XIX, por volta de 1840, o engenho passou a pertencer à família Dias Coelho e Mello, a mesma que já administrava outros engenhos ao longo do Vaza-Barris. Atualmente, a Fazenda Dira pertence ao empresário José Augusto Vieira.

Youtube,  
Fazendas Antigas, 2022

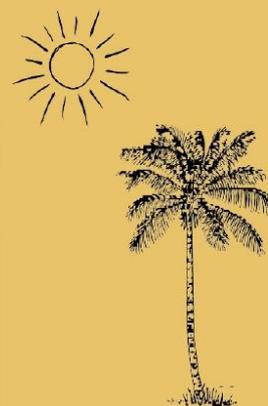


## LOCALIZAÇÃO



Google Earth, 2022

Fazenda Dira, entre os povoados Ipanema e Telha, Zona Rural, Itaporanga d'Ajuda-SE.



## RESTAURAÇÃO

Após muito tempo sem cuidados, passou por uma grande restauração através do atual proprietário. Foram feitas também intervenções de paisagismo no entorno da Capela.

## FATOS HISTÓRICOS

A edificação religiosa tem datação de 1703. Assim como na Igreja Jesuíta da Fazenda Colégio, é possível encontrar também na capela da Fazenda Dira vários jazigos no seu interior onde estão sepultados principalmente os membros das famílias Sobral e Dias Coelho e Mello.



You Tube /Fazendas Antigas,2022

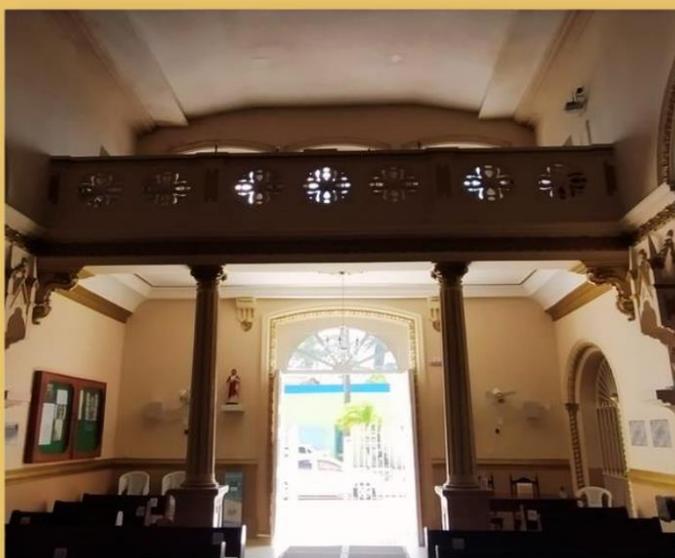
## IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA D'AJUDA



Douglas Silva, 2022

### FUNDAÇÃO

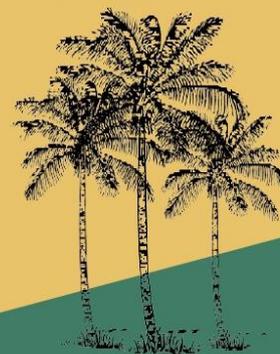
Sua construção se inicia na segunda metade do século XIX em substituição à antiga capela demolida, que ficava mais à beira do rio Vaza Barriz. Ambas foram erguidas em terras do antigo Engenho Itaporanga e a atual igreja concluída somente em 1930.



Douglas Silva, 2022

### ARQUITETURA

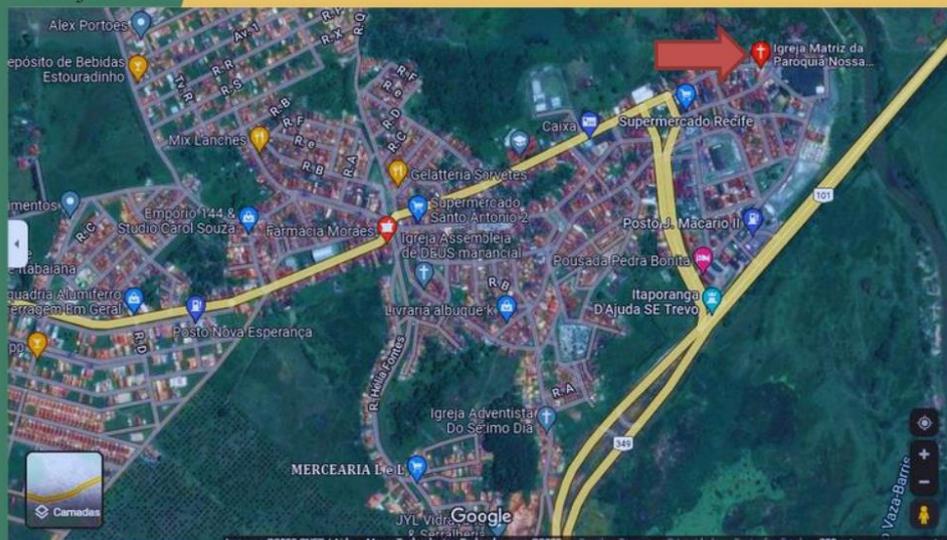
Estilo eclético, fachada românica, nave barroca e abóbada bizantina.



## LOCALIZAÇÃO

Praça Getúlio Vargas, S/N, Centro, Itaporanga

d'Ajuda-SE.



Google Earth, 2022



### ENCAPELADO DE NOSSA SENHORA D'AJUDA

A Irmandade Mariana, composta por representantes do baronato do açúcar itaporanguense, suplantou outras irmandades na administração da igreja e escolheu a santa devocional, Nossa Senhora d'Ajuda. O encapelado se responsabilizava pela administração dos bens e pelo recolhimento das contribuições dos fiéis.

### PARÓQUIA NOSSA SENHORA D'AJUDA

A paróquia Nossa Senhora d'Ajuda está na região eclesiástica da Arquidiocese de Aracaju, capital do Estado de Sergipe.





## A IGREJA É DO POVO

Em 1840 a igreja passa para Irmandade Nossa Senhora d'Ajuda, tornando-se de interesse público geral e irrestrito.



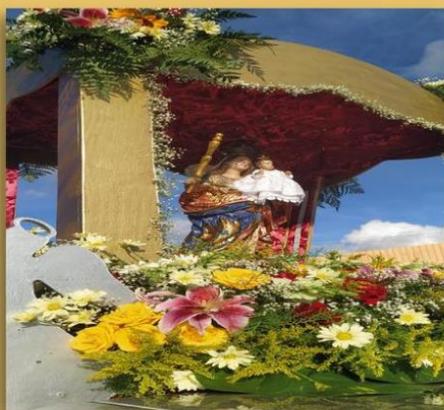
Douglas Silva, 2022

### A JUSTIFICAÇÃO CIVIL DE BARNABÉ SOUTO MAIOR

Contenda envolvendo duas famílias poderosas: os Sá Souto Maior e os Dias Coelho e Mello. Após uma série de arrendamentos de parte de terras do Engenho Itaporanga envolvendo as duas famílias nos fins do século XVIII tem se uma disputa pela administração da igreja. Em 1806, Barnabé Souto Maior entra com uma ação junto ao juiz de São Cristóvão reivindicando a posse. O processo se arrasta até 1821, período em que é dada sentença definitiva em favor de Domingos Dias Coelho e Mello, o Barão de Itaporanga.



17



Douglas Silva, 2023



## NOVENÁRIO E PROCISSÃO

O principal evento realizado pela paróquia é a bicentenária novena em celebração à padroeira municipal, Nossa Senhora d'Ajuda, culminando com uma procissão no dia 02 de fevereiro pelas principais ruas da cidade. Na procissão, o padre, membros da comunidade paroquial, irmandades e fiéis em geral seguem em cortejo acompanhando a santa devocional. Carros de som e mini-triós elétricos com bandas católicas entoam cânticos durante todo o trajeto. É comum notar a presença de autoridades políticas municipais e estaduais durante a procissão.



Douglas Silva, 2023



Douglas Silva, 2023



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Francisco José. Fazenda Colégio, Itaporanga d'Ajuda-SE: alguns marcos do seu passado. Aracaju-SE: Jornal da Cidade, 10/05/2009.
- BITTENCOURT, Circe F. "Reflexões sobre o ensino de História". In: Estudos Avançados, 32 (93), pp. 127-149, 2018.
- CARRETERO, Mario. Representação e aprendizagem nas narrativas históricas. In: CARRETERO, Mario; CASTORINA, José A. (Org.) Desenvolvimento cognitivo e educação: Processos do conhecimento e conteúdos específicos. Porto Alegre: Penso, 2014, p.203-222.
- COSTA, Stefany, BISPO, Vanessa e MAIA, Leonardo. Arquitetura com terra de Sergipe: da economia açucareira até a transferência da capital Aracaju (1855). In: Cadernos de Graduação-Ciências Humanas e Sociais. Aracaju, v.7, nº1, p.37-48, Outubro de 2021. Disponível em [periodicos.set.edu.br](http://periodicos.set.edu.br). Acessado em 25/06/2022.
- DANTAS, Beatriz Góis; DINIZ, Diana Maria de Faro Leal e [et al.]. Textos para a História de Sergipe. 2ª edição. São Cristóvão: EDUFS; Aracaju: IHGSE, 2013.
- ELIADE, Mircea. O Sagrado e o profano. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- FREIRE, Felisbelo Firmo de Oliveira. História de Sergipe. 2ª edição. Petrópolis: Vozes. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977.
- HOONAERT, Eduardo. História da Igreja no Brasil. Primeira época. Petrópolis:
- IBGE.[www.ibge.gov.br/apps/arranjos\\_populacionais/2015/pdf/publicacao.pdf](http://www.ibge.gov.br/apps/arranjos_populacionais/2015/pdf/publicacao.pdf), acessado em 17/04/2022.
- Vozes, 1991.
- \_\_\_\_\_. Estimativa da População 2018. Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br), acessado em 17/04/2022.
- \_\_\_\_\_. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, volume 19, Alagoas e Sergipe. Rio de Janeiro, 1959.
- IPHAN. Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação/IPHAN; texto de Sônia Regina Ramplim Florêncio et al. – Brasília, DF, 2016.
- LEITE, Serafim. Sergipe del Rey. História da companhia de Jesus no Brasil. Rio de Janeiro: INL, 1945.
- MOREIRA, Ruy. Formação do Espaço Agrário Brasileiro. Coleção Tudo é História. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, SP: volume nº 13, pp.143-162, 1992.
- NUNES, Maria Thétis. Sergipe Colonial I. Sergipe/UFS/ Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- NUNES, Verônica Maria Meneses. Cultura material e território eclesiástico: uma leitura zooiconográfica em igrejas coloniais de Sergipe del Rei entre os séculos XVII-XVIII. Laranjeiras: UFS, 2017.
- PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto. Reordenamento do Trabalho. Trabalho Escravo e Trabalho Livre no Nordeste Açucareiro. Sergipe 1850-1930. Aracaju: FUNCAJU, 2000.
- PINTO, C. S. (2017). O extinto aldeamento de Água Azeda e suas relações de conflitos com a Fazenda Escorial – SE (1933-1934). Revista Crítica Histórica, 8(15), p.185–207. <https://doi.org/10.28998/rchv18n15.2017.0011>, acessado em 15/04/2022.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA D.'AJUDA: História do município. Disponível em [www.itaporanga.se.gov.br](http://www.itaporanga.se.gov.br), acessado em 17/04/2022
- RALEJO, Adriana Soares, MELLO, Raffaella Albergaria e AMORIM, Mariana de Oliveira. Ensino de História: Horizontes Possíveis. In: Educar em Revista, volume 37. Curitiba-PR, 2021
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. Concepções de Aprendizagens Históricas Presentes em Propostas Curriculares Brasileiras. In: História Revista, volume 14, p.203-213. Goiânia-GO, 2009.
- SIQUEIRA, Luis. Religião, Terra e Poder: O Encapelado de Nossa Senhora da Ajuda em Itaporanga – Se (1798 – 1838). Itaporanga d'Ajuda: do Autor, 2007.
- SOUSA, Antônio Lindivaldo. O pulso de Clío: Religiosidade, Cultura e Identidade. Porto Alegre: Redes Editora, 2012.
- SOUTO, Paulo Heimar e MACEDO, Alexsandro do Nascimento. (RE)Pensando o ensino de História: a importância e os desafios do uso da história local na contemporaneidade. In: Qual ensino de História para a educação básica? [recurso eletrônico] / Organizado por Adriana Maria Paulo da Silva, Lucas Victor Silva e Wesley Garcia Ribeiro Silva. – Brasília: Rosivan Diagramação & Artes gráficas, 2022.
- VOGEL, Christine. Guerra aos Jesuítas: A propaganda antijesuítica do Marquês de Pombal em Portugal e na Europa. Lisboa: Temas e Debates, 2017.



## REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS



GOIS, D.V. (org). Localização da área de estudo: Itaporanga D'Ajuda- Sergipe/ 2016. Fonte: SRH 2014, Datum horizontal: SIRGAS 2000. Zona 24 Sul. Projeção Universal Transversa de Mercator, 2016.

GOOGLE MAPS. Localização geodésica de Itaporanga d'Ajuda-SE. [www.google.com.br/maps/@-11.0568665,-37.6092637,10z](http://www.google.com.br/maps/@-11.0568665,-37.6092637,10z), acessado em 15 de dezembro de 2022.

IPHAN. [acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/discover?rpp=10&etal=0&query=ITAPORANGA+D%27AJUDA](http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/discover?rpp=10&etal=0&query=ITAPORANGA+D%27AJUDA), acessado em 11 de outubro de 2022.

SANTOS Karla Jamile. Relatório de Viagem: “Visita Monitorada aos Engenhos São Felix e Dira, e as Fazendas Camaçari e Santa Cruz, no Estado de Sergipe”. <http://karlajssshistoria.blogspot.com/2013/03/relatorio-de-viagem-visita-monitorada.html>.

## FONTES

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília-DF : MEC: CONSED: UNDIME, 2017.

\_\_\_\_\_. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaoconsolidado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaoconsolidado.htm). Acesso em: 30/09/2022.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 20 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 01/09/2022.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, p. 1, 10 jan. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso: 01/09/2022.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, p. 1, 11 mar. 2008. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11645-10-marco-2008-572787-publicacaooriginal-96087-pl.html>. Acesso em: 01/09/2022.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 25 jun. 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em: 24 mar. 2021.

SERGIPE. Decreto nº30.280 de 29 de julho de 2016. Declara de interesse público para fins de inscrição e tombamento ao Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Artístico de Sergipe a preservação do Engenho Camaçari, localizado na cidade de Itaporanga d'Ajuda, neste Estado. Publicado no Diário Oficial do Estado de Sergipe de 02 de agosto de 2016.





**ANEXO A – LEGISLAÇÃO ENVOLVENDO O TOMBAMENTO DO ANTIGO  
ENGENHO CAMAÇARI.**

GOVERNO DE SERGIPE  
**DECRETO Nº 30.280**  
**DE 29 DE JULHO DE 2016**

Declara de interesse público para fins de inscrição e tombamento ao Patrimônio Histórico e Artístico de Sergipe, a preservação do Engenho Camaçari, localizado na Cidade de Itaporanga D'Ajuda, neste Estado.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE**, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos termos do art. 84, incisos V, VII e XXI, da Constituição Estadual; de acordo com o disposto na Lei nº 2.069, de 28 de dezembro de 1976; tendo em vista a Deliberação nº 017/2013 - CEC, de 15 de agosto de 2013, do Conselho Estadual de Cultura, constante do Processo nº 030/2013-SEC, de 27 de maio de 2013, protocolado no Conselho Estadual de Cultura; e,

Considerando que o interesse artístico e arquitetônico apresentado pelo Engenho Camaçari, localizado na Cidade de Itaporanga D'Ajuda, neste Estado, o torna um dos mais significativos monumentos ligados à História da Arquitetura de Sergipe;

Considerando que, como testemunho artístico de alto valor histórico e arquitetônico, é de interesse público a preservação do Engenho Camaçari, localizado na Cidade de Itaporanga D'Ajuda, o qual deve ficar sob a proteção e vigilância do Poder Público Estadual;

Considerando que os bens de valor histórico, arquitetônico cultural ou artisticamente representativos de épocas ou estilos, cuja preservação seja de interesse público, podem ser legalmente tombados, passando a integrar o Patrimônio Histórico e Artístico de Sergipe; e,

Considerando, por fim, que o processo em referência recebeu parecer favorável e aprovação do Conselho Estadual de Cultura,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica declarada de interesse público, para fins de inscrição e tombamento ao Patrimônio Histórico e Artístico de Sergipe, a preservação do Engenho Camaçari, localizado na Cidade de Itaporanga D'Ajuda, Estado de Sergipe.

2

**Parágrafo único.** O imóvel mencionado no “caput” deste artigo ficará sob a proteção e vigilância do Poder Público do Estado, por intermédio da Secretaria de Estado da Cultura – SECULT, nos termos da Lei nº 2.069, de 28 de dezembro de 1976.

**Art. 2º** O bem imóvel a que se refere o art. 1º deste Decreto, cuja preservação é de interesse público, constituir-se-á Patrimônio Histórico e Artístico, mediante tombamento, que se fará pela sua inscrição no respectivo Livro de Tombo.

**Art. 3º** A SECULT por meio do órgão competente de coordenação ou controle do Patrimônio Histórico e Artístico, adotará as providências necessárias à execução deste Decreto, na forma da Lei nº 2.069, de 28 de dezembro de 1976.

**Art. 4º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º** Revogam-se as disposições em contrário.

Aracaju, 29 de julho de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

**JACKSON BARRETO DE LIMA**  
**GOVERNADOR DO ESTADO**

*Irineu Silva Fontes Junior*  
*Secretário de Estado da Cultura,*  
*em exercício*

*Benedito de Figueiredo*  
*Secretário de Estado de Governo*

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO DIA 02 DE AGOSTO DE 2016



1/11/41

Notificação nº 485

Em 14 de novembro de 1941

Ilmo. Senhor Nicola Mandarino e Exma. Senhora:

De acordo com o Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, comunico-vos para os devidos fins que foi determinado o tombamento, no Livro a que se refere o artº 4º, nº 2 do citado decreto-lei, das seguintes obras de arquitetura civil e religiosa de vossa propriedade: Casa de residência e igreja do Colégio ou Tejupaba, situadas no Município de Itaporanga, Estado de Sergipe.

Aguardando vossa resposta anuindo à presente notificação, nos termos do artº 7º do mesmo Decreto-lei, subscrevo-me, atenciosamente,

---

Rodrigo M. F. de Andrade  
Diretor

Endereço: - Av. Nilo Peçanha 155, 7º andar - sala 710.

2/11/11

Recebi do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a notificação nº 485, referente ao tombamento da Casa de residência e igreja do Colegio ou Tejupaba, (chama-se atualmente Fazenda Yolanda), no Município de Itaporanga, Sergipe.

Em 26 Novembro de 1911

Núbia Mandarino

3/1000

M. E. S. - SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Not. nº 485-A

Em 4 de fevereiro de 1943

Ilm<sup>o</sup> Snr. Nicola Mendarino e Exm<sup>o</sup> Senhora:

Atendendo à circunstancia de não terdes respondido a notificação nº 485 que vos foi expedida por este Serviço em 14 de novembro de 1941, cumpre-me notificar-vos para, nos termos do art<sup>o</sup> 9<sup>o</sup> do Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 e dentro do prazo de 15 dias a contar do recebimento desta, anuirdes ao tombamento dos bens de arquitetura civil e religiosa de vossa propriedade - casa de residencia e igreja do Colegio ou Tejuapaba, situadas no municipio de Itaporanga, Estado de Sergipe; ou, se quiserdes impugnar o referido tombamento, oferecerdes dentro do mesmo prazo as razões de vossa impugnação.

Atenciosas saudações.

---

Rodrigo M. F. de Andrade  
Diretor

Endereço:

Avenida Nilo Peçanha 155 - S/710  
Rio de Janeiro

MLFC

4/11/43

Recebi do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a not. nº 485-A., datada de 4/2/1943, referente ao tombamento da casa de residência e igreja do Colégio ou Tejupaba, município de Itaporanga, Estado de Sergipe.  
(2ª notificação)

Maceió 15 de março de 1943

Charles F. F. F.

Por Antônio M. M. M.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

## SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

RIO DE JANEIRO, D. F.

Senhor Diretor.

Não tendo a 1.<sup>a</sup> notificação para anuência ao tombamento da casa de residência e igreja do Colegio ou Tejupaba, oras de arquitetura civil e religiosa, respectivamente, situadas no municipio de Itaporanga, Estado de Sergipe, marcado ao proprietário do imóvel, Sr. Nicola Mandarino, o prazo legal de 15 dias para aquela anuência, ou para a impugnação do tombamento, foi expedida outra, com a expressa assinaçãode tal prazo.

Verifica-se, porém, do processo, que o recibo desta segunda notificação não traz a assinatura do proprietario, mas a de terceiro, que assina por êle. Para que fôsse válida, para os fins do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, a notificação assim recebida por terceiro, seria, evidentemente, indispensavel que êste tivesse procuração com poderes expressos para anuir ao tombamento, que em tanto importa para o proprietário, ciente, deixar de impugná-lo. Mesmo a simples procuração "ad negotia" não seria suficiente, a menos que contivesse poderes para transigir e renunciar, em geral.

À vista do exposto, quer-me parecer que deve o Serviço providenciar para que seja dada ciência da notificação ao proprietario, pessoalmente, ou, caso exista uma procuração com aquelas cláusulas, outorgada ao signatário do recibo, solicitar a juntada da mesma ao processo do tombamento.

Rio, em 1 de abril de 1943

A handwritten signature in dark ink, reading 'Prudente de Moraes, neto', written in a cursive style.

Prudente de Moraes, neto, adv.<sup>o</sup>

5/maad

M. E. S. - SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Notificação nº 485-B

em 14 de abril de 1943

Ilm<sup>o</sup> Snr. Nicola Mandarino e Exm<sup>a</sup> Senhora.

Atendendo à circunstância de não terdes respondido à notificação nº 485 que vos foi expedida por êste Serviço em 14 de novembro de 1941, cumpre-me notificar-vos para, nos termos do artigo 9º do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 e dentro do prazo de 15 dias a contar do recebimento desta, anuídes ao tombamento das seguintes obras de arquitetura civil e religiosa, de vossa propriedade: - casa de residência e igreja do Colegio ou Tejupeba, situadas no município de Itaporanga, Estado de Sergipe.

Caso quizerdes impugnar o referido tombamento, deveis oferecer dentro do mesmo prazo as razões de vossa impugnação.

Atenciosas saudações.

---

Rodrigo M. F. de Andrade  
Diretor

JM/JM

6/11/43



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

## SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

RIO DE JANEIRO, D. F.

Recebi do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a notificação nº 485-B, de 14 de abril de 1943, referente ao tombamento da casa de residência e igreja do Colegio ou Tejupeba situadas na município de Itaporanga, Estado de Sergipe.

Em... 13 de Maio ..... de 1943

Rio de Janeiro  
Maurício



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE  
SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

*F. M. M.*

Tudo tenha a opor ao tombamento  
a que se refere a notificação nº 485-B  
de 14.4.1943.

Rio de Janeiro 20 de Maio de 1943

*Viola Maurício*

à vista da ausência, in  
creda - r.

Sen 20 5. 1943

*Requ. n.º 1 de autoria*

Inscrito sob o n.º 213, p. 36 do livro n.º 2, em  
21 de maio de 1943.

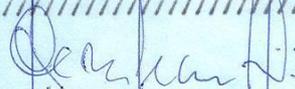
Judith Martins

Peito em Belas Artes

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~ à determinação do  
 Senhor Subsecretário do Patrimônio Histórico e Artístico Na -  
 cional da Secretaria da Cultura do Ministério da Educação e /  
 Cultura, C E R T I F I C O, que revendo o Livro do Tombo His-  
 tórico da Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico /  
 Nacional, instituído pelo Decreto-lei número vinte e cinco, de  
 trinta de novembro de mil novecentos e trinta e sete, dele /  
 consta o seguinte a folhas trinta e seis: "Número de Inscri-  
 ção: duzentos e treze; Obra: Casa de Residência e igreja, ane  
 xa do Colégio ou Tejupeba - Fazenda Iolanda, antiga residên -  
 cia jesuítica; Natureza da Obra: Arquitetura Civil e Religio-  
 sa; Situação: Itaporanga da Ajuda, Estado de Sergipe; Proprie  
 tário: Nicola Mandarino; Processo: Número: duzentos e oitenta  
 e nove traço T; Caráter do Tombamento: anuência; Data da Ins-  
 crição: vinte e um de maio de mil novecentos e quarenta e //  
 três". E por ser verdade, eu, Edson de Britto Maia, Responden  
 do pela Divisão de Registro e Documentação da Diretoria de //  
 Tombamento e Conservação da Subsecretaria do Patrimônio Histó  
 rico e Artístico Nacional, lavrei a presente certidão que vai  
 por mim datada e assinada e visada pelo doutor Irapoan Caval-  
 canti de Lyra, Subsecretário do Patrimônio Histórico e Artís-  
 tico Nacional. Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1982.//////  
 //////////////////////////////////////

  
 Edson de Britto Maia  
 Divisão de Registro e Documentação  
 da DTC/SPHAN/SEC

  
 Irapoan Cavalcanti de Lyra  
 Subsecretário do Patrimônio Histórico  
 e Artístico Nacional

**ANEXO C – TELEGRAMA ENVIADO AO SENHOR JOSÉ AUGUSTO VIEIRA, PROPRIETÁRIO DA FAZENDA DIRA, SOLICITANDO VISITA À CAPELA SENHOR DO BONFIM.**

Recibo de Telegrama	Data	Hora	MA135060815BR 31241
	Nome Legível do Recebedor	h m	
Uso dos Correios	Rubrica do Carteiro	Matricula	Tipo/Serviços Adicionais DHP 09/12/2022 11:05

**Correios TELEGRAMA** Para enviar telegrama ligue 3003 0100 (capitais e regiões metropolitanas), 0800 7257282 (para demais localidades) ou acesse correios.com.br

**CONTEÚDO DA MENSAGEM**  
 <<Att: Sr. José Augusto Vieira

Cumprimentando cordialmente, me chamo Douglas Leoni Rodrigues Melo da Silva. Sou professor da rede municipal de Itaporanga d'Ajuda-SE e no momento eu estou estudando Mestrado em Ensino de História na Universidade Federal de Sergipe. Minha dissertação é sobre as 4 igrejas coloniais que foram preservadas em Itaporanga d'Ajuda: Matriz, Colégio, Camaçari e Dira. Ao final eu elaborarei um roteiro iconográfico para ser publicado e distribuído nas escolas da nossa rede para o auxílio no ensino de história local. O motivo do meu contato é que eu gostaria de pedir gentilmente para conhecer a Capela Senhor do Bonfim e poder registrar imagens desse importante patrimônio do município itaporanguense. Apenas a capela, esse é o meu único objeto de pesquisa. Já visitei as outras três igrejas de meu estudo, restando apenas esta. eu conversei via whatsapp em setembro com o gerente Rodrigo e na ocasião ele disse que a mesma estava em reforma e que retornássemos o contato em novembro. Porém, de lá pra cá, enviei mensagens para saber se poderia agendar a visita, mas todas infrutíferas. Assim, venho pedir ao sr. essa oportunidade. É muito importante para a minha pesquisa e futuramente para que os itaporanguenses conheçam um pouco da sua história local. Meu contato é (79)99199-1059 e meu email é douglasleoni99@gmail.com. Desejo um feliz natal e um 2023 pleno de saúde e paz. Professor Douglas Leoni Rodrigues Melo da Silva.>>

**CÓPIA CONFIRMATÓRIA AO REMETENTE**

REMETENTE	Solicitação	USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS
	Douglas Leoni Rodrigues Melo da Silva Rua José Pires Winne 217 Casa Suíssa 49052-290 - Aracaju/SE	<input type="checkbox"/> 1 Mudou-se <input type="checkbox"/> 6 Recusado <input type="checkbox"/> 2 Ausente <input type="checkbox"/> 7 Falecido <input type="checkbox"/> 3 Desconhecido <input type="checkbox"/> 8 Não existe o número indicado <input type="checkbox"/> 4 Endereço insuficiente. Faltou:..... <input type="checkbox"/> 5 Outros (Especificar) .....
DESTINATÁRIO	Solicitado	NÚMERO DO TELEGRAMA
José Augusto Vieira Fazenda Dira S/N Zona Rural Povoado Itaporanga 49176-000 - Itaporanga d'Ajuda/SE	MA135060815BR 31241	
		DHP 09/12/2022 11:05

*Douglas Leoni Rodrigues Melo da Silva*